

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

RITA ESTEFÂNIA LUZ DOS PASSOS

ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO ESCOLAR:
EDUCAÇÃO EM VALORES

São Leopoldo

2009

RITA ESTEFÂNIA LUZ DOS PASSOS

ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO ESCOLAR
EDUCAÇÃO EM VALORES

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Educação
Comunitária com Infância e
Juventude

Orientadora: Gisela Isolde Waechter Streck

São Leopoldo

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P277e Passos, Rita Estefânia Luz dos

Ensino religioso no contexto escolar : educação em valores / Rita Estefânia Luz dos Passos ; orientadora Gisela Isolde Waechter Streck ; co-orientador Remi Klein. – São Leopoldo : EST/PPG, 2009.
73 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2009.

1. Ensino religioso - Brasil. 2. Educação moral.
3. Valores. 4. Ecologia – Aspectos morais e éticos.
5. Solidariedade – Aspectos religiosos. I. Streck, Gisela Isolde Waechter . II. Klein, Remi III. Título.

RITA ESTEFÂNIA LUZ DOS PASSOS

ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO ESCOLAR
EDUCAÇÃO EM VALORES

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Educação
Comunitária com Infância e
Juventude

Data:

Gisela Isolde Waechter Streck – Doutora em Teologia – EST

*A Rita dos Anjos Fernandes,
minha avó paterna,
que me fez perseguir o sonho de ser professora,
identidade que herdei assim como o nome,
A meus pais que certamente vibrariam com minha vitória.
A Zenaide Luz dos Passos Souza,
irmã mais velha,
que acompanhou-me a cada etapa deste mestrado,
a minha colega de Mestrado, Gracinha, pela força sempre presente.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, supremo criador e sustentador do universo, Mestre por excelência, por ter doado a vida e sustentado minha saúde, fazendo-me perseverante para aceitar esse novo projeto;

Aos pastores e professores Alberto Matos e Luciano Menezes de Abreu, visionários que me oportunizaram e acreditaram no sucesso desse novo projeto em minha vida;

Ao Seminário Betel Brasileiro pelo apoio para o meu ingresso e permanência no mestrado;

Aos Diretores, professores e funcionários da Escola Superior de Teologia (EST);

Aos mantenedores que me incentivaram e investiram em meu preparo;

Ao Prof. Dr. Remí Klein pelo apoio e dedicação.

À Prof^a. Dr^a. Gisela I. W. Streck pela amizade, orientação, pela simplicidade e competência. Minha gratidão.

*“Pensar a História como possibilidade
é reconhecer a educação também como possibilidade.
É reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa.
Sua força reside na sua fraqueza. Uma de nossas tarefas como educadores e
educadoras é descobrir o que historicamente pode ser feito,
no sentido de contribuir para a transformação do mundo”.*
(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo apresenta um panorama da história do Ensino Religioso no Brasil a partir de uma pesquisa bibliográfica e nos documentos da Secretaria Regional de Educação do Guará II, Distrito Federal, os quais abordam especificamente o Ensino Religioso com os alunos e alunas do Ensino Fundamental das últimas séries. Retrata o Ensino Religioso na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), identificando na análise a necessidade da execução do artigo 33 da nova LDBEN na prática do Ensino Religioso, procurando trabalhar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Religioso, considerando em seu exercício o respeito à diversidade cultural existente na sala de aula, o desenvolvimento humano e a formação de valores no indivíduo. Aborda a definição de valores e o modo como estes podem ser tratados na disciplina de Ensino Religioso no contexto escolar, tendo como base os quatro pilares da Educação apresentados no relatório da UNESCO. O estudo é uma proposta de trabalho de Ensino Religioso com o objetivo de alcançar os alunos e as alunas das últimas séries do Ensino Fundamental do Guará II, Distrito Federal. O estudo conclui que é a educação em valores deve estar presente de forma efetiva, no respectivo componente curricular.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Educação em valores. Quatro Pilares da Educação. Desenvolvimento humano e valores.

ABSTRACT

The study presents a panorama of the history of Religious Teaching in Brazil, starting from a bibliographical research and from a research in documents of the Regional Office of Education of Guar II, Brasília, Federal District, which specifically approach the Religious Teaching for students of the last grades of primary school. The study portrays the Religious Teaching in the new *Lei de Diretrizes e Bases da Educao Nacional* [Law of Guidelines and Bases of the National Education] (LDBEN), identifying in the analysis the need of execution of the article 33 in practice of Religious Teaching, trying to handle with the *Parâmetros Curriculares Nacionais* [National Curricular Parameters] (PCNs) of Religious Teaching, considering in its exercise the respect to cultural diversity in classroom, the human development and the formation of values in the individual and the phases that everyone passes until he or she arrives in a level of moral maturity. The study approaches the definition of values and the way as these values can be treated in the discipline of Religious Teaching in school context, having as base the four pillars of Education presented in the UNESCO's report. The study probes to reach the reality of students of the last grades of primary school of Guar II, in Brasília, Federal district. It concludes that it is possible to affirm that the education of values is present, even if implicit, in the respective discipline.

Keywords: Religious teaching. Education in Values. The Four Pillars of Education. Human development and Values.

LISTA DE SIGLAS

ASSINTEC - PR - A Associação Interconfessional de Educação de Curitiba
CIER-SC - Conselho de Igreja para a Educação Religiosa de Santa Catarina
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE - Conselho Nacional de Educação
IRPAMAT - MS - Instituto Regional de Pastoral de Campo Grande- MS
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
FONAPER - Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso
HETERÔNOMA- Moral da obediência à autoridade, da regra, do dever.
MEC - Ministério de Educação e Cultura
PDE - Plano Desenvolvimento de Educação
PNE - Plano Nacional de Educação
PPP- Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PANORAMA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL	14
1.1 Ensino Religioso durante o Período Colonial	15
1.2 Período do regime Imperial	18
1.3 Período do regime Republicano	20
1.4 O Ensino Religioso na atualidade	23
1.5 Realidade do Ensino Religioso em Guará II, Brasília, DF	27
2 A EDUCAÇÃO DE VALORES NO ENSINO RELIGIOSO	29
2.1. O que são valores?	30
2.2 Desenvolvimento humano e valores	32
2.3 O desenvolvimento moral segundo a teoria de Lawrence Kohlberg	34
2.3.1 <i>Nível Pré-convencional</i>	35
2.3.2 <i>Nível Convencional</i>	35
2.3.3 <i>Pós-Convencional</i>	36
2.4 Educação e valores: na família e na sociedade	38
2.5 Educação de valores na escola	40
2.6 Ensino Religioso na perspectiva dos Quatro Pilares da Educação	44
2.6.1 <i>Aprender a conhecer</i>	46
2.6.2 <i>Aprender a fazer</i>	46
2.6.3 <i>Aprender a viver juntos</i>	47
2.6.4 <i>Aprender a ser</i>	48
3 PROPOSTA DE TRABALHO COM VALORES: PROJETO ECOLOGIA E SOLIDARIEDADE: VALOR INDISPENSÁVEL	49
3.1 Contexto histórico	52
3.2 Análise dos versículos bíblicos	53
3.3 Implementação do Projeto “Ecologia e solidariedade: valor indispensável”	62
3.3.1 <i>Justificativa</i>	63
3.3.2 <i>Objetivo geral</i>	64
3.3.3 <i>Objetivos específicos</i>	64
3.3.4 <i>Metodologia</i>	64
3.3.5 <i>Recursos utilizados</i>	65

3.3.6 Avaliação	65
3.3.7 Culminância	66
3.3.8 Bibliodrama	66
3.3.9 Cronograma de atividades	66
CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS.....	70

INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a apresentar um panorama da história do Ensino Religioso no Brasil, fundamentado numa pesquisa bibliográfica e documental, ainda que para obtenção dos dados documentais houvesse dificuldade por falta de liberação dos dados, com uma pequena amostra de informações da Secretaria Regional de Educação do Guará II, Brasília - DF, focado numa proposta futura como modelo para o Ensino Religioso com os alunos e alunas das últimas séries do Ensino Fundamental.

A pesquisa aponta para a compreensão do Ensino Religioso presente na nova Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBEN) e identifica a necessidade de se ter presente, na análise, a questão da execução do Art. 33 da LDBEN na prática da disciplina Ensino Religioso, a fim de trabalhar a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso e buscar o exercício efetivo a respeito da diversidade cultural existente na sala de aula. Os conteúdos do Ensino Religioso propostos nos Parâmetros Curriculares visam dar contribuições para a reafirmação da escola como lugar de encontro, de diálogo e de entendimento com vistas à formação básica cidadã.

Com o tema *Ensino Religioso no contexto escolar: educar em valores*, percebe-se, nessa linha histórica, diversas alterações nas fundamentações legais nacionais. É uma trajetória marcada por muitas etapas, discussões das mais variadas, e um processo que recebe marcas profundas. Isso não pode passar despercebido, pois é notório o descaso e os preconceitos enfrentados pelos que estão envolvidos nesses processos. O trabalho aponta as lutas e as conquistas tidas no Ensino Religioso, porém, na maioria das vezes, pouco valorizadas pelas lideranças políticas e pelos profissionais da educação envolvidos com a disciplina de Ensino Religioso.

Pode-se constatar ainda que, ao sancionar uma lei, é necessário oferecer condições para sua execução. Com isso, buscamos elucidar alguns dos mais relevantes aspectos do Ensino Religioso no contexto do mundo plural contemporâneo, partindo do pressuposto que um Ensino Religioso que eduque

valores é possível e necessário, mesmo no cenário atual de desestabilização de valores fixos e universais.

Espero que as reflexões que apresento sirvam como introdução a uma temática que é, sem dúvida, de grande atualidade e urgência.

As considerações a seguir buscam oferecer indicações a respeito de valores, que considero relevantes. Trabalhando com os 'Quatro Pilares da Educação', os professores de Ensino Religioso teriam um respaldo teórico para desenvolver projetos com seus alunos e alunas. Certamente, os Quatro Pilares da Educação serviriam como base para iniciar o trabalho, lançando mão de outros valores que considerem importantes para convivência tanto no contexto escolar com fora dele.

Ensino Religioso, no ambiente escolar, significa introduzir os educandos no contexto do debate ético com o objetivo de fomentar, por meio de um procedimento aberto ao diálogo, a sensibilidade para as questões de valores e a formação de uma subjetividade como o fórum de decisões práticas.

A atenção dispensada ao Ensino Religioso não decorre de algum modismo teórico, mas da preocupação com problemas sociais, ecológicos e comportamentais muito concretos que se originam, de um lado, do enorme poder de intervenção científico tecnológico e, de outro, da desestabilização dos valores tradicionais que serviam de orientação para a relação dos homens com a natureza e dos homens entre si. Estas preocupações estão presentes nos mais diferentes âmbitos da vida, inclusive no cotidiano do trabalho pedagógico, referente à formação dos alunos, tradicionalmente um contexto de valores e formas de comportamentos consensualmente aceitos.

1 PANORAMA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Analisando a realidade do Ensino Religioso no Brasil, proponho-me, a partir desse trabalho, fazer uma viagem na história para perceber a linha que perpassa essa marca tão importante em nossa nação, do período colonial chegando aos nossos dias, e apresentando um novo olhar com base nas normas da LDBEN. São séculos de história e me proponho a apresentar um panorama dos principais momentos para percebermos como foi o caminho do Ensino Religioso até aqui. Uma trajetória marcada por muitas etapas, discussões e um processo que recebe marcas profundas, discussões que não pode passar despercebidas.

A palavra portuguesa religião vem do latim *religare*, "religar", "atar". Normalmente, ao aplicar essa palavra, tem-se a idéia de que certos poderes sobrenaturais podem exercer autoridade sobre os seres humanos, exigindo que eles façam certas coisas e evitem outras, forçando-os a cumprir ritos, sustentar crenças e seguir algum curso específico de ação.

O estudo e a pesquisa sobre o Ensino Religioso na escola não significa simplesmente estudar o tema "religião", mas sim o papel do Ensino Religioso para a formação dos alunos e alunas do Ensino Fundamental das últimas séries do Guará II – Brasília - DF. Educação em valores, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso definidos pelo FONAPER:

Hoje, as concepções que permanecem num imaginário de muitos setores consideram o Ensino Religioso ainda como elemento eclesialístico na Escola e não como disciplina regular, integrante do sistema escolar. Isso por conta dos princípios que regem as relações Estado — Igreja — Política — Religião ao longo do processo.¹

Na proposta atual, o que se pretende é identificar na Escola a necessidade para o espaço do *Ensino Religioso no Contexto Escolar: Educação em Valores*, oportunizando aos alunos e alunas um momento para reflexão sobre valores que embasam as atitudes.

¹ FONAPER. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. *Parâmetros curriculares Nacionais Ensino Religioso* (PCNER). São Paulo: Ave Maria, 1998.

1.1 Ensino Religioso durante o Período Colonial

Esse período é datado aproximadamente entre 1500 a 1700 e é marcado pelo cumprimento dos acordos entre o Sumo Pontífice (Igreja Católica) e o Monarca de Portugal. A Igreja tem a responsabilidade de desempenhar a missão e propagar a fé. O Monarca de Portugal liberou todos os recursos materiais necessários para a propagação da fé católica, desde que ele fosse oficialmente a cabeça eclesiástica da Instituição. Segundo Anísia Figueiredo,² este é um fato histórico, onde encontramos fios sócio-político-culturais da problemática do Ensino Religioso no Brasil.

Aqui identifico que a preocupação não são os valores que devem nortear e alcançar os alunos e alunas e sim as partes envolvidas pelo 'jogo' de poder interno. Isso marca este período. O Ensino Religioso foi utilizado como instrumento ideológico do poder monárquico, sob a tutela do regime de padroado. A característica do Ensino Religioso catequizador desta época ultrapassa séculos e ainda hoje há uma preocupação com a possibilidade do Ensino Religioso no contexto escolar. Para o Ensino Religioso em nossos dias, é inadmissível um foco denominacional em sala de aula.

Desde o início do processo de colonização do Brasil pelos portugueses, o Ensino Religioso está presente na educação brasileira. Era um ensino pautado na doutrina da religião oficial do Império, a religião católico-romana, entendido assim, como uma catequização com o objetivo de manipular a religiosidade e facilitar o poder do colonizador sobre os colonizados.

Segundo Ana Casimiro, "o Brasil colônia é marcado por um sistema de estratificação social muito rígido, baseado na propriedade fundiária e relações escravistas, havia instituições, ideologias e mentalidades que contribuíam para a confirmação do lugar social de cada grupo".³ Desta forma, há uma integração nos objetivos da escola e da igreja, ou seja, evangelização visando a exploração da colônia e atendendo aos interesses de Portugal. Observa-se a inexistência dos

² FIGUEIREDO, Anísia de Paula. *Ensino Religioso: perspectivas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 44-45.

³ CASIMIRO, Ana P. B. S. *Pensamentos fundadores na educação religiosa do Brasil Colônia*. p. 03. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_006.html>. Acesso em 30: nov. 2008.

princípios de respeito às liberdades individuais e tolerância para com as manifestações de crenças diferentes.

[...] tanto em Portugal como em suas colônias, todas as decisões de caráter religioso dependiam do Rei, em virtude do instituto do 'Padroado' que conferia ao monarca o lugar de chefe da Igreja. O direito do Padroado identificou-se com os 'direitos' de conquista, determinando o caráter evangelizador e colonizador do Brasil e direcionando o modelo cultural e educacional.⁴

Esse modelo de doutrinação caracteriza-se como proselitismo religioso, ou seja, o indivíduo é persuadido a abraçar uma doutrina ou religião diferente da que professava.

A mentalidade portuguesa arraigada em autoconsciência de povo 'eleito', de 'arautos da fé', reforçada pelas alianças com Roma e pela militância das ordens religiosas, principalmente a jesuítica, impregnou o pensamento dominante e a educação da sociedade colonial. Acreditou-se, na época, que ao índio 'selvagem', ao negro 'inferior' e ao judeu de 'sangue impuro' antepunha-se, pela vontade de Deus, o português de raça 'pura', cristão e 'eleito', portanto, o único e justo merecedor das terras conquistadas, de benefícios materiais e de lugar diferenciado na sociedade, nas escolas, na Igreja e no 'reino dos céus'.⁵

Célio Juvenal Costa adverte sobre como analisar esse processo:

A visão iluminista geralmente condena a prática dos jesuítas imputando-lhes a pecha [fama] de terem sido os instrumentos de execução da dominação de uma cultura sobre a outra. Numa perspectiva mais radical, fala-se mesmo em destruição franca e deliberada de toda uma civilização, motivada pelo lucro imediato, pela insensibilidade e pelo poder.⁶

O autor destaca a importância da contextualização dos fatos históricos, ou seja, não analisar o passado com o olhar do presente. Segundo Costa,

[...] em se tratando do Brasil Colônia, o maior equívoco das abordagens hoje seria fazer eco às concepções políticas da historiografia portuguesa liberal do final do século XIX, não porque ela estava errada - pois isso não é

⁴ CASIMIRO, 2008, p. 03.

⁵ CASIMIRO, 2008, p. 04.

⁶ COSTA, Célio Juvenal. *A educação no Brasil Colônia: pelo fim da visão iluminista da história*. p. 05. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_030.html>. Acesso em: 30 nov. 2008.

verdade - mas porque ela expressa o debate acerca da identidade da sociedade portuguesa naquele período.⁷

É o conhecimento das circunstâncias transitórias e históricas que permite entender o passado e os seres humanos do passado de acordo com seu contexto. Qualquer avaliação que venha a ser feita deveria levar em conta essas especificidades.

Ainda no período colonial, na segunda fase, 1700 a 1822 aproximadamente, é fundamental também analisar que, além dos índios, os negros também são alvo do Ensino Religioso. Eles não tinham acesso ao contexto escolar que era instalado nas casas paroquiais. Para os negros, foi elaborado um texto próprio, adaptado a sua forma de falar, e o Ensino Religioso era ministrado nas casas de seus senhores e levava em conta a docilidade dos negros e sua submissão aos esquemas da tradição católica.⁸

Em termos de valores nos elementos religiosos, apostava-se na submissão dos negros à fé católica. Relevante acrescentar que em nenhum momento se considerou, ou foi levado em conta, os elementos da tradição religiosa dos negros, pois eram considerados 'inoportunos' para sua adesão ao catolicismo, ou seja, tornar-se-iam um empecilho para a profissão da fé católica.

Imprescindível notar que não se conseguiu arrancar e eliminar o substrato religioso advindo de suas origens africanas. E essa marca ultrapassa séculos e, ainda nos dias de hoje, as questões da diversidade religiosa no contexto escolar precisam ser estudadas com cautela. Estas questões são um marco fundamental para o Ensino Religioso no contexto escolar, numa perspectiva de educação em valores, ou seja: saber conhecer as diferenças e aprender com cada uma delas.

O Ensino Religioso, mesmo que se destinasse à evangelização, segundo a concepção da época, acabou sendo um instrumento para a realização do projeto colonizador. Ele visava a conquista dos nativos e negros à fé católica.

⁷ COSTA, 2008, p. 06.

⁸ FIGUEIREDO, 1994, p. 47.

1.2 Período do regime Imperial

No período imperial, Estado e Igreja Católica formaram uma parceria indissociável. A laicidade do Estado, que resultou da separação entre ambos, foi promulgada somente no regime republicano.⁹ Na Monarquia Constitucional - Primeiro Reinado (1824 a 1840), o Ensino Religioso continua sendo responsabilidade da Igreja Católica, e a Instituição atrelada e oficialmente dependente do Estado para dar conta desse objetivo. E o Estado tem a Igreja como principal respaldo para a manutenção do poder estabelecido:

A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo. Conforme Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, Art. 5º faz evoluir este processo de dependência da Igreja ao Estado. Em tal contexto, é incluído o Ensino Religioso, efetivado como ensino da Religião Católica.¹⁰

Neste momento de transição, é fundamental lembrar a chegada da família real e a promoção da Colônia a Reino-Unido. A educação é alvo de atenção, com a ressalva, sobretudo, em benefício da burguesia atrelada ao grupo privilegiado da corte. Instituições são criadas em ordem ao desenvolvimento sócio-político-cultural do país. Novas idéias de liberdade e emancipação surgem, sob a influência da Revolução Francesa.

Nesta fase, o Ensino Religioso

é oferecido, porém acontece de forma mais privativa e doméstica do que institucional. O Clero é considerado alto funcionalismo do Governo do Império, enquanto a igreja, principal interessada na educação, passa a atuar mais através dos leigos agrupados em irmandades, confrarias e ordens terceiras. Na Monarquia Constitucional, na primeira fase, houve restrição da liberdade religiosa acentuada, pois a Religião Católica Apostólica Romana é oficializada como "Religião do Império". Na Constituição do Império, o Ensino Religioso continua com a proteção do Estado, com a autorização do Imperador e garantia de que manterá a Religião Católica Apostólica Romana, oficialmente.¹¹

⁹ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 24-25.

¹⁰ FIGUEIREDO, 1994, p. 58.

¹¹ FIGUEIREDO, 1994, p. 61.

O Ensino Religioso no Brasil “continua vítima do regime regalista, em decorrência do protecionismo do Estado, protegido na carta Magna ainda vigente”,¹² mostrando uma evolução da dependência e subordinação da Religião ao Estado. Nas Escolas, são difundidos os manuais do Catecismo da Doutrina Cristã, segundo o Concílio de Trento, levado para a prática através do Catecismo Romano.

No segundo Reinado, ou seja, na segunda fase do regime (1840 a 1889), muitos elementos novos surgem, possibilitando caminhos que possam exaltar o Ensino Religioso. Há um enfraquecimento da Igreja nas relações com o Império. O Ensino Religioso, segundo a legislação vigente, passa a ser responsabilidade dos capelães, que devem organizá-lo e ministrá-lo. Teoricamente entram em vigor alguns decretos e surgem projetos que incluem dispositivos sobre esse ensino nas escolas, a saber:

O Decreto nº 2006 de 24/10/1857, que regulamenta os colégios públicos de instrução secundária no município da Corte, incluiu o seguinte dispositivo:

‘Artigo 12. O ensino da doutrina Cristã, além do 1º anno e o da história sagrada, compete ao capellão; o qual, além disso no Internato explicará o Evangelho nos domingos e dias santos de guarda, na hora, e pelo tempo que for determinado pelo Reitor sendo suas funções reguladas, em geral, pelo mesmo Reitor’.

O Projeto de reforma da Instrução Pública de Leôncio de Carvalho, nº 7247 de 19/04/1879 traz os seguintes dispositivos:

‘Art.4º: O Ensino religioso nas escolas primárias de 1º grau do município da Corte constará das seguintes disciplinas: instrução moral, instrução religiosa, leitura, escrita [...]

Parágrafo 1º: os alunos acatólicos não são obrigados a freqüentar a aula de instrução religiosa que por isso deverá efetuar-se em dias determinados da semana sempre antes ou depois das aulas destinadas ao ensino das outras disciplinas [...]

Art. 9º Parágrafo 8º: Os professores substitutos, com exceção dos de instrução religiosa, serão nomeados mediante concurso’.¹³

A igreja indicou interesse por um campo de atuação específica e dedicou todo esforço para publicar compêndios, materiais educativos, manuais, cartilhas e avançou para diversas regiões do país. Prosseguiu na divulgação da doutrina cristã tendo como base o Catecismo Romano, porém com a abertura ao diálogo religioso no sul do país, escapando um pouco do esquema de antes, sendo introduzida a História sagrada ou mesmo a leitura da Bíblia em alguns colégios.

¹² FIGUEIREDO, 1994, p. 61.

¹³ FIGUEIREDO, 1994, p. 60-61

1.3 Período do regime Republicano

A primeira fase do Período Republicano marca a consolidação do novo regime e vai de 1891 a 1930. Segundo Anísia Figueiredo,¹⁴ acontece nesse período a separação Estado - Igreja. O que se pretende é a liberdade religiosa, que passa a ser direito do cidadão e dever do Estado. Durante a Revolução de 1930, o Presidente da República, Getúlio Vargas, adota o Ensino Religioso nas escolas públicas do Brasil, por meio da elaboração e sanção do decreto de 30 de abril de 1931.¹⁵ Este foi o primeiro instrumento legal do período republicano que aparentemente garante o Ensino Religioso no currículo escolar. O histórico anterior a tal decreto é marcado por inúmeras leis menores e argumentações que pretenderam ora incluir, ora excluir o Ensino Religioso nas escolas da rede pública.

Decreto Nº 19.941 de 30 de Abril de 1931:

Art.1º - Fica facultativo, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o Ensino de Religião.

Art.2º - Da assistência às aulas de Ensino Religioso haverá dispensa para os alunos, cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.

Art.5º - A inspeção e vigilância do Ensino Religioso pertencem ao estado, no que respeita à disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere à doutrina e à moral dos professores.

Art.6º - Os Professores de instrução religiosa serão designados pelas autoridades do culto a que se referir o ensino ministrado.

A Influência do Manifesto dos Pioneiros da escola Nova, ou simplesmente 'escolanovista', comprova a insistência em manter a 'laicidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino'.¹⁶

Na segunda Constituição da República (1934 – 1937), há divergência entre os favoráveis e os contrários à admissão do Ensino Religioso. O Decreto de 30 de abril de 1931 foi admitido e sua vigência assegurada também pela Carta Magna de 1934, pelo Art. 153:

Art. 153 - O ensino Religioso de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e continuará matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.¹⁷

¹⁴ FIGUEIREDO, 1994, p. 66.

¹⁵ FIGUEIREDO, 1994, p. 69.

¹⁶ FIGUEIREDO, 1994, p. 69-70.

¹⁷ FIGUEIREDO, 1994, p. 72.

No período de 1946 a 1964, depois da queda de Vargas e o fim do Estado Novo (1945) há uma retomada da democracia e se inicia um amplo debate, com espaço para a participação popular, na Assembléia Constituinte. Neste período, é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4024/61, que regulamentou o Ensino Religioso em seu Art. 97:

Art. 97 - O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os cofres públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

1º parágrafo - A formação de classe para o Ensino Religioso independe de nº mínimo de alunos.

2º parágrafo - o registro dos professores de Ensino Religioso será realizado perante a autoridade religiosa.¹⁸

Importante ressaltar que muitos fatores influenciaram esse período. Anísia Figueiredo,¹⁹ em seu gráfico comparativo, cita:

- Pluralismo Religioso intensificado;
- Criação dos Conselhos de Igrejas Cristãs;
- LDBN: Lei n. 5692/71 alterada para Lei n. 7044/82;
- Renovação católica;
- Ecumenismo e Diálogo Religioso. Dentre outros.

Nos anos de 1985 até 1987, os debates na Assembléia Nacional giram em torno da promulgação de uma nova Constituição para o país, após um regime de ditadura militar. A inclusão da disciplina Ensino Religioso na escola tem a segunda maior emenda em número de assinaturas a entrar no Congresso Nacional.

A Associação Interconfessional de Educação de Curitiba (ASSINTEC- PR) o Conselho de Igreja para a Educação Religiosa de Santa Catarina (CIER-SC) o Instituto Regional de Pastoral de Campo Grande - MS (IRPAMAT-MS), por serem entidades com personalidade jurídica, assumem a incumbência de representar os Coordenadores Estaduais de Ensino Religioso e demais educadores de todo o país, no encaminhamento de uma emenda popular à Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, em vista da garantia do Ensino Religioso no texto constitucional - disciplina designada, nesse documento, como 'Educação Religiosa'. Consta do Quadro Sinóptico das Emendas Populares, o registro desta emenda,

¹⁸ FIGUEIREDO, 1994, p. 78.

¹⁹ FIGUEIREDO, 1994, p. 83.

protocolada sob o nº PE 004-1, em 21/07/97, contendo 66.637 assinaturas, segundo as exigências regimentais da Assembléia Constituinte.²⁰

O constituinte Siqueira Campos²¹ endossa a vontade popular, contida na emenda, trazendo o dispositivo sobre o Ensino Religioso, nos seguintes termos: “A educação religiosa será garantida pelo Estado no Ensino de 1º e 2º Graus, como elemento integrante da oferta curricular, respeitando a pluralidade cultural e a liberdade religiosa”. O Pastor Elias Abrahão, presbiteriano, então presidente da ASSINTEC-PR defendeu a referida ementa. Duas ementas com a mesma redação são apresentadas,

[...] incluindo o Ensino Religioso no Sistema de Ensino, protocolada sob o nº PE 010, em 29/07/97, com 750.077 assinaturas, tendo como entidades responsáveis a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Brasília-DF; a Associação de Educação Católica do Brasil (AEC), Brasília-DF; a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC). Consta, também, o Constituinte Siqueira Campos, como deputado responsável por sua apresentação. A defesa de ambas – com a mesma redação – é assumida por Don Antônio Celso Queiroz, em que o dispositivo sobre o Ensino Religioso assim figurou:

Respeitadas a opção e a confissão dos pais ou alunos, o ensino religioso constituirá componente curricular na educação escolar de 1º e 2º graus das escolas estatais.

No Congresso Nacional, foram apresentados dois projetos de Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. No primeiro, o Ensino Religioso consta nos termos das redações anteriores, eliminando o parágrafo único que assegurava atividade alternativa para os alunos que não optassem pelo Ensino Religioso.²²

O segundo Projeto de Lei, cuja autoria é atribuída ao Senador Darcy Ribeiro e denominou-se ‘Substitutivo do Senador Darcy Ribeiro’, foi aprovado. Nesse Projeto, o Ensino Religioso é mantido no Art. 33 com uma redação que permite um Ensino Religioso:

- **Confessional:** Ensino entre grupos de uma mesma confissão religiosa, incluindo doutrina, visão de ser humano e do mundo, culto, ritos, princípios ético-morais, costumes, organização interna, orientação da autoridade religiosa

²⁰ FIGUEIREDO, 1994, p. 84-85.

²¹ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. Comissão de Sistematização. *Emendas Populares*. v. 1. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, agosto de 1987. p. 17.

²² FIGUEIREDO, 1994, p. 93.

correspondente. Nesse sentido, pressupõe que alunos, alunas, professores e professoras de Ensino Religioso pertençam à mesma confissão religiosa;

- **Interconfessional:** Em substituição ao ecumênico, por considerar esta última mais adequada ao ambiente eclesial, em detrimento da primeira, considerada na época como mais adequada ao ambiente educacional.²³

Assim, o Ensino Religioso consta na Constituição da República Federativa do Brasil, publicada no Diário Oficial da União, n. 191- A, de 05 de outubro de 1988.²⁴ Busca compreender sua própria natureza para redefinir-se como disciplina no currículo escolar, nas condições das demais disciplinas.

1.4 O Ensino Religioso na atualidade

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional está concluída e, segundo ela:

Art. 33 - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I. Confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou de seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II. Interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.²⁵

O Art. 33 da LDBEN foi alterado pela Lei n. 9.475/97, de 22 de julho de 1997, assumindo a seguinte redação:

Art.33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das

²³ FIGUEIREDO, 1994, p. 94.

²⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009. Art. 210, § 1º. "O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental".

²⁵ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394. Brasília, 20 dez. 1996. Art. 33. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º. Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º. Os sistemas de ensino ouvirão entidades civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso.²⁶

Esta foi a primeira emenda à LDBEN. Com a nova redação, a expressão 'sem ônus' foi retirada do texto, abrindo-se a possibilidade dos Estados remunerarem os professores. Aliás, vinte estados da Federação já o fazem. A nova Lei prevê, igualmente, que os Sistemas de Ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão de professores. Cada Sistema deverá, também, ouvir as entidades que congregarão as organizações religiosas de diferentes denominações para a definição dos conteúdos.

Por estar integrada aos horários normais das escolas públicas, é necessário questionar como assegurar na disciplina Ensino Religioso uma linha de equilíbrio dos conteúdos, sem cair, de um lado, numa espécie de niilismo religioso, ou seja, numa descrença completa e, de outro, no indesejável proselitismo. A resposta parece estar na própria função de terminalidade da educação básica. Neste sentido, o Ensino Religioso deverá buscar a oferta de subsídios para que o jovem vá elaborando o processo de construção de sua espiritualidade. Esta trajetória, partindo de um princípio ético fundamental, deverá contemplar os fundamentos de:

- alteridade: reconhecer a existência do outro e lhe conferir respeito;
- solidariedade: reconhecer que todas as pessoas são detentoras de limitações e, por isso, carecem de apoio para a satisfação de suas necessidades 'de sobrevivência e de transcendência';
- cooperação: reconhecer que a história humana constitui patrimônio natural e cultural comum e, como tal, precisa de todos para a preservação de tudo.

Fundamental é compreender que esta abordagem requer coragem das escolas para tratarem das questões vitais dos adolescentes e dos jovens que, no

²⁶ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n. 9.475*. Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9475.htm>. Acesso em: 12 mai. 2009.

mundo de hoje, passam pelo conjunto de problemas existenciais que povoam os dois limites extremos da experiência humana: a vida e a morte. Assim, questões como sexo, drogas, mudanças de comportamento em geral, justiça, amor e afetividade estão no centro da problemática de uma correta abordagem do Ensino Religioso na escola pública. Os valores deverão permear não apenas os conteúdos do Ensino Religioso, mas deve ser trabalhados de uma forma interdisciplinar.

A inclusão do Ensino Religioso na escola não é concessão do Estado às igrejas, mas é uma forma de operacionalizar o princípio universal da liberdade. Abrir um espaço para o Ensino Religioso não é abrir um espaço para a catequese, mas enseja a valorização da espiritualidade humana. O conteúdo do Ensino Religioso deve contribuir para que o aluno e a aluna transitem da consciência ingênua para a consciência crítica da realidade, na busca da transformação do mundo.²⁷

Muito se tem dito sobre a questão do Ensino Religioso nas Escolas, alguns até sem o conhecimento elementar da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta Lei é bastante ampla e ambígua, deixando várias lacunas a serem preenchidas pelos Conselhos Estaduais de Ensino, conforme realidade e vivências regionais. Além disto, existe a possibilidade do Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar adaptar tal legislação a sua realidade vivencial.

O Ministério de Educação e Cultura (MEC) não estabeleceu Parâmetros Curriculares para o Ensino Religioso como o fez com as demais áreas do conhecimento.²⁸ Mas o Ensino Religioso está inserido entre as dez áreas de conhecimento estabelecidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

O Ensino Religioso, como observamos até aqui neste panorama histórico, perpassou por dificuldades na realidade brasileira para definir seu papel como área do conhecimento como todas as outras, sendo a única que está amparada por lei

²⁷ CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 102-104.

²⁸ As 10 áreas de conhecimento estabelecidas pelo MEC: Língua Portuguesa, Língua Materna (para populações indígenas e migrantes), Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física, Educação Religiosa. Cf. Resolução CEB n. 2 de 5 abr. 1998, como citado em FONAPER. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. *Referencial curricular para a proposta pedagógica da escola*. Caderno Temático n. 1. [s.l.: s.n.]: 2000. p. 75.

específica, tendo o espaço garantido nas escolas pela Constituição Federal e pelas constituições estaduais. O Ensino Religioso, segundo Laude Brandenburg

[...] é, na escola, um campo mediador da questão religiosa, da espiritualidade ou do saber religioso. Funciona como interlocutor entre o elemento religioso presente na realidade social e a realidade pedagógica própria da escola. [...] o Ensino Religioso escolar – confluência da realidade pedagógica com a religiosa.²⁹

Afirmar que o Ensino Religioso na atualidade é uma disciplina como todas as outras é antes de tudo desafiador, pois ela ainda não ocupa seu lugar na escola como as demais. Brandenburg nos assegura isso afinal,

[...] o Ensino Religioso é a única disciplina com espaço garantido nas escolas pelas Constituições Federal (Art. 210, parágrafo 1º) e Estadual (Art. 209, parágrafo 1º). Também esse fato fala da realidade do Ensino Religioso escolar, principalmente da realidade na escola pública. É uma disciplina *sui generis*. O Ensino Religioso é área de todos, mas é, ao mesmo tempo, área de ninguém.³⁰

Ainda hoje o Ensino Religioso desperta e enfrenta aprovação de uns, reprovação de outros, mas ele tem avançado rumo as conquistas. O Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) uma entidade da sociedade civil, presta relevante contribuição para o Ensino Religioso. O dossiê do fórum nos informa que o FONAPER

[...] constitui-se desde 26 de setembro de 1995, na instância de representação nacional que tem encaminhado a constituição do Ensino Religioso como disciplina curricular.

A publicação da LDBEN n. 9394 de 20.12.1996 não redimiu as distorções históricas do Ensino Religioso no Brasil. Em resposta ao édito legal desencadeou-se em território nacional um processo significativo em prol da constituição dessa disciplina através da finalização da elaboração coletiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso (PCN ER/97) e da articulação para a emissão da Lei n. 9745/97.³¹

Os objetivos do FONAPER, aprovados no Estatuto da Instituição são os seguintes:

²⁹ BRANDENBURG, Laude Erandi. *A interação pedagogia no Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 58.

³⁰ BRANDENBURG, 2004, p. 59.

³¹ FONAPER. *Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso*. Disponível em: <<http://www.fonaper.com.br>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

[...] Art. 3º - O FONAPER tem por objetivo consultar, refletir, propor, deliberar e encaminhar assuntos pertinentes ao Ensino Religioso - ER, com vistas às seguintes finalidades:

- I. exigir que a escola seja qual for sua natureza, ofereça o ER ao educando, em todos os níveis de escolaridade, respeitando as diversidades de pensamento e opção religiosa e cultural do educando, vedada discriminação de qualquer natureza;
- II. contribuir para que o pedagógico esteja centrado no atendimento ao direito do educando de ter garantida a educação de sua busca do Transcendente;
- III. subsidiar o Estado na definição do conteúdo programático do ER, integrante e integrado às propostas pedagógicas;
- IV. contribuir para que o ER expresse uma vivência ética pautada pelo respeito à dignidade humana;
- V. reivindicar investimento real na qualificação e habilitação de profissionais para o ER, preservando e ampliando as conquistas de todo o magistério, bem como a garantia das necessárias condições de trabalho e aperfeiçoamento;
- VI. promover o respeito e a observância da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e dos outros valores universais;
- VII. realizar estudos, pesquisas e divulgar informações e conhecimentos na área do ER [...].³²

O FONAPER apresenta contribuição significativa ao Ensino Religioso, tais como: capacitação de docentes; produção de material didático (como os Cadernos Temáticos); elaboração de diretrizes para auxiliar na organização de cursos, etc.³³ Oferece ainda propostas pedagógicas no campo do Ensino Religioso para as escolas, ficando para as mesmas a decisão de optarem ou não pelo material indicando pelo FONAPER.

1.5 Realidade do Ensino Religioso em Guará II, Brasília, DF

Em termos legais, consta no Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal o seguinte:

Art. 94. A organização curricular dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio é constituída obrigatoriamente pela Base Nacional Comum e pela Parte Diversificada, organicamente integrada por meio da interdisciplinaridade e da contextualização.

§ 2º. A Parte Diversificada, excetuando-se Língua Estrangeira Moderna e Ensino Religioso, deve ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, contendo as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, permitindo a construção da identidade de cada instituição educacional e prevendo aprofundamento

³² FONAPER, 2009.

³³ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; WAGNER, Raul (Orgs.). *O Ensino Religioso no Brasil*. Curitiba: Champagnat, 2004. p. 11.

dos conhecimentos desenvolvidos nos componentes da Base Nacional Comum.³⁴

A realidade do Ensino Religioso na cidade satélite do Guará II-DF, ficou limitada por dificuldades operacionais em decorrência da falta de dados precisos sob a prática pedagógica propriamente dita realizada naquela região. Conforme pesquisa documental mostra não são contratados profissionais específicos para ministrar a referida disciplina. O professor que estiver com carga horária disponível pode ser convidado a ministrar Ensino Religioso, e como a matrícula é facultativa, os alunos não são obrigados a participar deste em sala de aula.

No Art. 14, a Lei define que a formação de docentes precisa ser feita em nível superior. Ela atribuiu aos Sistemas de ensino a responsabilidade sobre a definição de normas para a gestão democrática do ensino público e definiu os princípios de participação. O que prejudica a compreensão do Ensino Religioso como disciplina é a falta de conhecimento por parte de muitos professores da nova Lei. Esta realidade aponta para a necessidade de organizar um bom currículo e preparar professores/as para assumir a disciplina.³⁵

O presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou decreto que institui a Política Nacional de Formação de Professores. A finalidade é organizar a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para a educação básica, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Os cursos de atualização e especialização de professores ficarão a cargo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e deverão ser homologados por seu Conselho Técnico-Científico da Educação Básica.

Quando se trata da formação do profissional para a atuação no Ensino Religioso, vem à tona toda a complexidade: como definir matriz curricular sem interferir na opção religiosa, como respeitar as diversidades? Fica claro que não compete à União determinar, direta ou indiretamente, os conteúdos curriculares que orientam a formação religiosa dos professores, o que de certa forma interferiria na liberdade de crença, ponto crucial nos dias atuais.

³⁴ Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. 4. ed. Distrito Federal, 23 jun. 2006. p. 40.

³⁵ KANITZ, Ildemar. *Ensino Religioso: de fundamentos a desafios*. São Leopoldo: IEPG, 2001. p. 135.

2 A EDUCAÇÃO DE VALORES NO ENSINO RELIGIOSO

Na proposta atual, o que se pretende é identificar na Escola a necessidade para o espaço do *Ensino Religioso no contexto escolar: educação em valores*, oportunizando aos alunos e alunas um momento para reflexão sobre valores que embasam nossas atitudes.

Não é fácil definir o que são valores assegura May. Segundo ele, um valor nos tira da indiferença, nos envolve numa atmosfera emocional que comove as fibras mais íntimas do nosso ser. Completa May:

[...] em termos bem gerais e formais, um valor é algo que se considera desejável, que justifica nossas ações e funciona como horizonte para organizar a vida. [...] Pode-se dizer que um valor é: 1) um complexo de idéias, imagens e símbolos; 2) impossível de ser definido com exatidão e unanimidade; 3) entendido como necessário para se viver corretamente (moralmente) e promover positivamente a vida humana; 4) que funciona como 'guia' e, ao mesmo tempo, como 'obrigação' e 'ferramenta' para forjar a vida; 5) está enraizado nas necessidades físicas, sociais e psíquicas; 6) é produzido socialmente. 7) integra o universo simbólico e, assim, 8) assume uma dimensão transcendente e obrigatória.³⁶

Valor é como 'complexo de idéias', pois um mesmo valor desperta várias idéias sobre ele. Embora possa haver amplo acordo sobre a necessidade de um valor, dificilmente se consegue alcançar concordância geral sobre sua definição e significado.³⁷ Apresento o Ensino Religioso com a tarefa de trabalhar valores no contexto escolar e, como base, usando os 'Quatro Pilares da Educação'.³⁸ Segundo May,

[...] Valoração o ato por meio do qual o sujeito humano atribui valor a uma ação ou produto humano; inevitavelmente isso implica entender que se atribui valor em condições concretas e que, portanto, os elementos que intervêm na valoração possuem caráter histórico-social concreto. Como os valores são dados 'por' e 'para' o ser humano, eles se concretizam de acordo com as formas adotadas pela existência de homens e mulheres como seres histórico-sociais.³⁹

³⁶ MAY, Roi H. *Discernimento moral: uma introdução à ética cristã*. São Leopoldo. Sinodal, 2008. p. 78.

³⁷ MAY, 2008, p. 78.

³⁸ DELORS, Jacques (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1999. p. 89-102.

³⁹ MAY, 2008, p. 79.

Nenhuma educação é possível sem que a noção de valores seja central nela e nenhum projeto educativo pode ser realizado sem que um plano de educação em valores ocupe um lugar central.⁴⁰ Pensar em educação de valores no Ensino Religioso significa oferecer aos alunos das últimas séries do Ensino Fundamental do Guará II, a oportunidade de uma educação sólida, na qual a família, a escola e a comunidade escolar podem interagir.

Moreno⁴¹ enfatiza essa necessidade de interação entre a escola, a família e a sociedade, afirmando que os projetos educativos devem ser realizados de tal forma que a educação em valores ocupe o lugar central. Este “lugar central” entende-se ser um trabalho em conjunto, ou seja, um trabalho interdisciplinar e não somente do Ensino Religioso.⁴² Percebe-se a necessidade de oportunizar aos alunos e alunas uma educação em valores não isolada, como responsabilidade apenas da escola, mas é um processo que inicia na família, interage com escola e sociedade.

2.1. O que são valores?

A palavra “valor” vem do latim *valere* e significa ‘ser forte’, ‘ser digno’. Um valor é algo que ‘vale alguma coisa’ para alguém. É imprescindível considerar que um valor não é algo que seja de significado universal: o que pode ser considerado como um valor para uma pessoa, pode não ser para outra. “Valor é a convicção pensada e firme de que algo é bom e que nos convém em maior ou menor grau”.⁴³ Os valores são essenciais para a convivência humana

[...] a necessidade de organizar e administrar a vida em comunidade de tal forma que se assegurem o bem-estar e o desenvolvimento positivo de todos e todas. Os valores permitem juízos avaliativos referentes à qualidade de vida e à conduta das pessoas [...] a crise de valores questiona a comunidade e torna urgente a criação do consenso social sobre os valores vigentes na sociedade. Esse Consenso não se impõe, ele se cria pela execução de novas práticas sociais.⁴⁴

⁴⁰ MORENO, Ciriaco Izquierdo. *Educar em valores*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 111.

⁴¹ MORENO, 2005, p. 111.

⁴² LAUDSHEERE, G. *La formation des enseignants demain*. Paris: Casterman, 1976. p. 129.

⁴³ MORENO, 2005, p. 116.

⁴⁴ MAY, 2008, p. 85.

“Os valores aproximam muito da teologia, pois os valores indicam o que se considera incondicional, a realidade última e fundamental a vida em si. Essa é uma maneira de falar de Deus”.⁴⁵ O conceito de valor não pode rigorosamente definir-se, pois considera que ele está entre os conceitos supremos, mas identifica tentando clarificar o conteúdo. Relacionar valores com a educação religiosa no contexto escolar é um tema que desafia, é um tema clássico em pedagogia, partindo do pressuposto que os valores estão efetivamente incluídos na problemática relacionada com os fins da ação educativa.⁴⁶ Os valores ocupam um sentido profundo e fundamental na realização da pessoa e no desenvolvimento da personalidade humana, por isso devem ocupar lugar de destaque na ação educativa diante dos desafios da diversidade, e da identidade.

Importante ressaltar que cada pessoa, cada família, cada grupo social, político ou religioso estabelece sua escala de valores. No Ensino Religioso, é preciso entender que não se pode impor às demais pessoas uma escala de valores. Relevante perceber também que a transmissão desses valores deve começar muito cedo. Por isso, a família tem um papel fundamental ao exercer sua função na educação dos filhos e filhas e na formação de valores.

Segundo Veloso, Sócrates foi o primeiro a discutir a realidade do termo “valor”. Seu imenso esforço de compreensão dos valores éticos, em torno dos quais se cristalizavam as ações humanas, lutou pela objetividade dos valores éticos.⁴⁷ Platão encontrava valores instrumentais na esfera terrena, embora achasse valores intrínsecos e permanentes no mundo das idéias. Os valores terrenos, para ele, são pobres imitações dos valores eternos. Os valores terrenos usualmente são instrumentais; buscam algum cumprimento prático. Os valores eternos pertencem a Deus.⁴⁸

Platão buscava os valores eternos, que vão além do campo dos sentidos e das coisas que os sentidos são capazes de detectar. Ele cria que os verdadeiros valores podem ser descobertos pela razão, pela intuição e pelas experiências

⁴⁵ MAY, 2008, p. 86.

⁴⁶ MAY, 2008, p. 111.

⁴⁷ VELOSO, Dom Eurico dos Santos. *Fundamentos filosóficos dos valores no ensino Religioso*. Vozes: Petrópolis, 2001. p. 14.

⁴⁸ CHAMPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento interpretado: versículo por versículo*. v. 6. São Paulo: Hagnos, 2002. p. 576.

místicas (como a contemplação). Heráclito pensava que o conflito é o poder que gera todos os valores, de natureza cósmica, terrena ou pessoal. Aristóteles buscava seus valores neste mundo material, os quais seriam determinados pelos interesses e benefícios humanos, com freqüência alicerçada na utilidade, principal virtude dos valores, segundo ele. Sidgwick, G. E. Moore e W. D. Roos acreditavam que os valores são descobertos pelos poderes intuitivos do homem.⁴⁹ C. S. Lewis distinguia cinco tipos de valores, classificando-os quanto às funções ou natureza específica:

- utilitários;
- instrumentais;
- inerentes, intrínsecos;
- e contribuidores.⁵⁰

Nietzsche asseverava que os valores são arquitetados a partir da experiência humana, embora continuem sujeitos ao juízo de “melhor e pior”. Numa situação de conflitos, esses valores viriam à tona, mas levariam a uma transformação de atitude.⁵¹

2.2 Desenvolvimento humano e valores

Na psicologia, o conceito de desenvolvimento foi originalmente utilizado para descrever a evolução embrionária. Mais tarde, a idéia de desenvolvimento estendeu-se à totalidade da vida humana, desde a origem até o final.⁵² A psicologia do desenvolvimento percorreu uma linha de trabalho semelhante: no começo, a atenção dos estudos estava voltada especialmente para as fases da infância e da puberdade. Na atualidade, os estudos abarcam o desenvolvimento da vida toda do ser humano.⁵³

Com respeito à adolescência, as pesquisas referem-se a três âmbitos que influenciam as mudanças que ocorrem na fase da puberdade e vão até a idade jovem-adulta, pois os processos de desenvolvimento e as mudanças atingem o

⁴⁹ CHAMPLIN, 2002, p. 577.

⁵⁰ CHAMPLIN, 2002, p. 576.

⁵¹ CHAMPLIN, 2002, p. 576.

⁵² DAUNIS, Roberto. *Jovens, desenvolvimento e identidade: troca de perspectiva na psicologia da educação*. São Leopoldo: Sinodal, 2000. p. 17.

⁵³ ERIKSON, Erik. *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 227-252.

conjunto biopsicossocial da vida: o âmbito biológico, o psicológico e o social.⁵⁴ O desenvolvimento biológico ocorre com o acelerado processo das mudanças fisiológicas associadas à puberdade, do latim *pubertas*, que significa 'idade da humanidade', que envolve o aumento na produção de hormônios sexuais, além de envolver também as modificações na estrutura e no funcionamento do corpo. Essas mudanças levam o adolescente à necessidade de estabelecer uma identidade própria. Segundo Mussen e outros,⁵⁵ mesmo que haja diferentes opiniões quanto à importância relativa dos fatores biológicos, sociais e psicológicos, existe um acordo geral de que o período de adolescência tradicionalmente representa problemas peculiares de ajustamento em nossa sociedade, influenciando fortemente nos valores. "No desenvolvimento biológico, inclui dotação genética, temperamento, aparência física e ritmo de maturação".⁵⁶ Percebe-se quais são os traços mais evidentes nesse processo de mudanças. A produção de hormônios contribui em parte nessas mudanças.

O desenvolvimento social é um conceito da psicologia social e das teorias da personalidade. Ele envolve a socialização, destacando o processo pelo qual a criança vai se adaptando, aos poucos, às exigências sociais do meio. O comportamento da criança é determinado pelo que ela aprende de conceito usual da sociedade onde vive. A aprendizagem social é a aprendizagem perceptiva, a imitação da identificação com modelos (na família, escola). Daunis nos informa que a família participa fortemente da aprendizagem social da criança.⁵⁷ Suas primeiras experiências, principalmente a ligação com a mãe, são consideradas antecedentes decisivos de suas relações sociais posteriores.

Mussen nos afirma que desde cedo a criança estabelece fronteira entre ele e o mundo externo, discriminando entre pessoas e objetos inanimados, reconhecendo a mãe. Ela começa distinguindo a mãe e os outros, sorrindo e resmungando cada vez mais para ela do que para os outros, fixando-a por períodos maiores de tempo, e

⁵⁴ DAUNIS, 2000, p. 18.

⁵⁵ MUSSEN, P. H.; CONGER, J. J.; KANGAN, J. *Desenvolvimento e personalidade da criança*. São Paulo: Harbra, 1977. p. 467

⁵⁶ MUSEN, Paul H. *O desenvolvimento psicológico da criança*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 67.

⁵⁷ DAUNIS, 2000, p. 24-25.

permitindo que ela o agrade. A criança começa estabelecer uma relação social saudável.

As experiências ligadas à alimentação constituem uma fonte básica para o desenvolvimento de confiança. Por volta dos quatro meses de idade, uma criança com fome fica quieta e dá sinais de prazer ao ouvir os passos que se aproximam, prevendo (confiança) que será colocada no colo e alimentada. Essa experiência repetida de sentir fome, ver alimento, receber alimento, e sentir-se aliviado e consolado, mostra ao bebê que o mundo é um lugar em que pode confiar.⁵⁸

Compreende-se que as ligações intensas com a mãe durante a infância são fatores determinantes e liberam efeitos positivos no desenvolvimento e no ajustamento posterior.

O desenvolvimento psicológico ocorre paralelamente ao processo de crescimento físico e social que acompanha o ser humano, desde seu nascimento até sua morte, com todas as adaptações possíveis, com sua história pessoal.

2.3 O desenvolvimento moral segundo a teoria de Lawrence Kohlberg

De acordo com Lawrence Kohlberg⁵⁹, o desenvolvimento moral varia segundo os diversos estágios em que os jovens e os adultos se encontram. Kohlberg identifica três níveis: 1) pré-convencional, 2) convencional e 3) pós-convencional, contendo cada um dois estágios, o que resulta num total de seis. Daunis⁶⁰ ainda relata de forma detalhada as características dos seis estágios do desenvolvimento moral.

⁵⁸ MUSSEN, 1975, p. 84-87.

⁵⁹ Lawrence Kohlberg, psicólogo e pedagogo norte-americano, nasceu em Nova York em 25 de outubro de 1927 e morreu em Boston em 19 de janeiro de 1987. Seus estudos sobre o desenvolvimento moral foram decisivos para a ciência contemporânea. Lawrence Kohlberg iniciou publicamente seus trabalhos sobre julgamento moral com sua defesa de tese de doutorado em 1958, na Universidade de Chicago, intitulada "O desenvolvimento dos modos de pensamento e opção moral entre dez e dezesseis anos", tendo alguns anos depois se fixado na Universidade de Harvard, até sua morte em 1987, aos 59 anos de idade. Sua pesquisa descreve os estágios do desenvolvimento do juízo moral, a partir dos anos cinquenta. Mas tarde, amplia as pesquisas à idade adulta. LAWRENCE KOHLBERG. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lawrence_Kohlberg>. Acesso em: 12 abr. 2009.

⁶⁰ DAUNIS, 2000, p. 39.

2.3.1 Nível Pré-convencional

Os motivos dependem totalmente das normas sociais e das leis:

1. Moral Heterônoma⁶¹. É necessário não fazer mal aos outros, não roubar ou estragar coisas alheias, pois as regras da sociedade e as leis proíbem isso. Quem não o observar será punido. [...] representa um valor em si mesmo (isto é típico das crianças pequenas e de alguns adultos).

2. Moral Individualista. Os interesses das pessoas são diferentes e contraditórios. Então o justo e o sentido da justiça ficam sempre relativos. Observar as regras e as leis é adequado quando elas são úteis e servem para os próprios interesses pessoais. [...] A recompensa consiste justamente na felicidade própria (crianças de 10 anos e alguns adultos).⁶²

Entende-se a riqueza da teoria de julgamento moral apresentada por Kohlberg, pois ela postula uma seqüência universal, e ao conquistar os últimos estágios há a possibilidade de diferenciar entre justiça e lei. Essa capacidade de discernimento denota a maturidade moral.

Observa-se que, para Kohlberg, a maturidade moral é alcançada apenas pelos adultos.

2.3.2 Nível Convencional

Há motivos pessoais que correspondem ao valor das normas e das leis:

3. Moral dos interesses grupais. A motivação depende das expectativas mútuas dos relacionamentos de interdependência. Cada indivíduo é um ser-em-relação com os outros, como os quais está ligado. Devem ter prioridade os interesses favoráveis para conservar os bons relacionamentos com parceiros, amigos, pais e filhos. É importante preocupar-se com eles, cuidar deles, ajudá-los; pois eles são parceiros e fazem isso também para mim, me reconhecendo e respeitando (jovens de 14 anos e adultos).⁶³

Os alunos que se pretende alcançar com o Ensino Religioso no contexto escolar estarão vivenciando este estágio, momento fundamental para orientá-los com a moralidade normativa e interpessoal, a convivência com os colegas,

⁶¹ **Heterônoma**: moral da obediência à autoridade, da regra, do dever.

⁶² LAWRENCE KOHLBERG, 2009.

⁶³ LAWRENCE KOHLBERG, 2009.

despertando a preocupação com os sentimentos e preocupação com o outro. O saber interagir com o diferente. Valores que precisam ser fundamentados.

4. Moral da lei e da ordem (ética do dever). O sistema de normas sociais e leis é em si mesmo importante e válido para todos. Os deveres devem ser cumpridos. Se todos observam as leis, a justiça, a paz e a ordem aumentam. [...] Pelo cumprimento da consciência legal se faz jus à própria consciência moral (jovens de 14 a 16 anos e muitos adultos).⁶⁴

Compreende-se nesse estágio a perspectiva do indivíduo como membro da sociedade numa esfera mais ampla com a concepção do sistema social como um conjunto consistente de normas procedimentos que se aplicam imparcialmente a todos os membros: “adota a perspectiva de um membro da sociedade baseada em uma concepção do sistema social como um conjunto consistente de códigos e procedimentos que se aplicam imparcialmente a todos os seus membros”.⁶⁵

2.3.3 Pós-Convencional

Respeito a normas e leis enquanto fundamentadas no consenso ético unânime ou nos direitos humanos:

5. Contrato Social fundamentado nos direitos individuais. As leis baseiam-se em argumentos éticos e jurídicos fundamentais de que cada um possui, p. ex., o direito à vida, à liberdade, à propriedade, etc. Mas, as vezes, as leis se contradizem. Então é necessário coordenar os entendimentos dos diferentes grupos que as formulam, observam e mudam. As leis devem ser cumpridas enquanto são eticamente justas para todos (jovens e adultos).

6. Ética dos princípios éticos universais (ética de responsabilidade). Esses princípios são: justiça, dignidade pessoal, valor prioritário da vida, direitos humanos iguais para todos. Eles estão fundamentados na condição humana de cada indivíduo. O certo e errado devem ser definidos a partir da própria convicção ética e da responsabilidade moral própria. Em casos de conflito entre lei civil e os direitos humanos, estes têm preferência (jovens-adultos e adultos).⁶⁶

Este é o mais alto grau de desenvolvimento da moralidade, pois o indivíduo começa a perceber os conflitos entre as regras e o sistema, o qual foi dividido entre o estágio da moralidade dos direitos humanos e o estágio dos princípios éticos

⁶⁴ LAWRENCE KOHLBERG, 2009.

⁶⁵ LAWRENCE KOHLBERG, 2009.

⁶⁶ DAUNIS, 2000, p. 39-40.

universais. Neste nível, os comportamentos morais passam a ser regulados por princípios.

Segundo os estudos de Kohlberg, pouquíssimas pessoas atingem o último nível da construção moral, o qual alega inúmeros motivos. Ao encontrar soluções aceitáveis a tal descoberta, o autor justifica que em primeiro lugar as pessoas não nascem morais, mas que seu comportamento moral evolui a partir de etapas e de oportunidades que procedem à descentração. Partindo deste pensamento, Kohlberg esperava que os pais e professores estivessem moralmente maduros para auxiliarem as crianças, mas, como ele mesmo percebeu, nem sempre isto ocorre.⁶⁷

Entende-se que a influência do adulto na construção moral do adolescente é importante, pois o relacionamento interpessoal é a base para a aquisição do autoconceito. Se o adulto passa pela dificuldade nesse processo, imagine o adolescente? Por isso, é fundamental que, ao trabalhar com o Ensino Religioso em Valores, tendo como alvo a formação do indivíduo, se reconheça a importância de vivenciar na prática pedagógica a construção desses parâmetros com base em princípios sólidos e, ao mesmo tempo, com a flexibilidade necessária para se alcançar o respeito às diversidades. Rossini enfatiza:

[...] Princípios são verdades fundamentais, profundas, de aplicação universal.[...] Tais princípios fazem parte do ethos mundial, portanto estão presentes em todos os grupos humanos independente de raça, religião, cultura, e regime político. [...] São como uma bússula, que indica o caminho, mas não é o caminho.⁶⁸

Ao interiorizar essas verdades, hábitos serão adotados de tal forma que vão conferir força e habilidades para lidar com atitudes e situações diferentes.⁶⁹ Segundo Antunes,⁷⁰ a terceira etapa do desenvolvimento moral é a '**autonomia**', quando os adolescentes estão aptos para assumir a posição de juízo em determinada situação, tendo como referencial um sistema de regras e valores. A

⁶⁷ LAWRENCE KOHLBERG, 2009.

⁶⁸ ROSSINI, Maria Augusta Sanches. *Educar para ser*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 22.

⁶⁹ ROSSINI, 2007, p. 22.

⁷⁰ ANTUNES, Celso. *A alfabetização moral em sala de aula e em casa: do nascimento aos doze anos*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 29-33.

esse conjunto de hábitos, crenças, atitudes, valores e ideais, Rossini⁷¹ denomina autoconceito.⁷²

Ives de La Taille, Jussara Hoffmann e Pedro,⁷³ retomando Piaget,⁷⁴ indicam que a moral autônoma⁷⁵ é a superação da moral heterônoma.⁷⁶ O juízo de valor passa a ser adotado pelo indivíduo e agora o comportamento é norteado não simplesmente porque se deve obedecer, mas porque se percebe que tal atitude é a certa ou errada.

Ao longo desse trabalho o que se busca e se espera é que o aluno e a aluna, diante dos referenciais adquiridos na família, escola e sociedade, possam estar melhor preparados para enfrentar os desafios dos diversos contextos que os cercam de forma autônoma.

2.4 Educação e valores: na família e na sociedade

A família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade. Ela é também o centro da sociedade. A educação bem fundamentada dos adolescentes na família servirá de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando forem adultos. Assim, pode-se dizer que adolescentes precisam sentir que fazem parte de uma família.

Moreno afirma que, em seu sentido mais profundo, a família é comunidade, comunicação. É o primeiro núcleo de vida e de amor, mas ao mesmo tempo é a primeira escola de saber, de civismo e de cidadania. É a primeira sociedade criada para educar as próximas gerações.⁷⁷ Na família, há a possibilidade de conhecer qual a finalidade da própria vida; como orientar os próprios interesses, não só os profissionais, mas os valores que vão nortear o indivíduo; há também a possibilidade de se conscientizar acerca dos direitos humanos, dos deveres correlatos, ou seja:

⁷¹ ROSSINI, 2007, p. 16.

⁷² **Autoconceito:** é a base, é o início da construção de crenças individuais que vão alavancar as mudanças, primeiro pessoais e depois profissionais e sociais.

⁷³ TAILLE, Ives de La; HOFFMANN, Jussara; DEMO, Pedro. *Grandes pensadores em educação: um desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 22.

⁷⁴ PIAGET, J. *Le Jugement Moral chez l'Enfant*. Paris: PUF, 1992.

⁷⁵ **Autônoma** não somente tal obediência é apenas parte da moral como deixa de ser seu fundamento, que passa a ser a reciprocidade, o contrato, o projeto comum.

⁷⁶ TAILLE; HOFFMANN; DEMO, 2008, p. 22.

⁷⁷ MORENO, 2005, p. 252.

“tudo o que vós quereis que os homens vos façam fazei-lho também vós” (Mt 7.12). Nas relações interpessoais, na comunhão da família aprende-se a fazer ao outro o que se gostaria que fizesse a si mesmo. A relação e a harmonia familiar são preponderantes no desenvolvimento global do indivíduo. Sabemos que os níveis comportamentais, psicológicos e sociais são ditados por fatores familiares, além de serem essenciais para o crescimento do indivíduo dentro da sociedade e da escola.

Moreno é contundente ao afirmar que a família “é a melhor escola da vida, porque transmite, na intimidade do lar, por contágio, por osmose, ensinamentos, virtudes e valores”.⁷⁸ Esta é uma atividade educativa que os pais devem realizar com seus filhos, pois existe uma série de aspectos a serem trabalhados desde a infância para que as crianças, ao se tornarem adultas, sejam pessoas que tenham compromisso com valores e sejam integradas na sociedade. No convívio da família, também se oportuniza ao indivíduo manter orientação para seu desenvolvimento integral. O objetivo é o amadurecimento que a convivência em comunidade favorecerá ao indivíduo.⁷⁹

A sociedade e os meios de comunicação apresentam múltiplos conflitos que refletem a crise de valores, atitudes e comportamentos do adolescente atual. Em nossos dias, fala-se muito em perda de valores ou de ‘crise de valores’. Segundo May:

[...] sabemos que os valores são o núcleo da vida social, porque neles se fundamentam tanto a criação como a conservação das normas sociais. Se não há valores, não há conduta social: a sociedade fragmenta-se como totalidade e a cultura se dissolve, porque no núcleo de qualquer estrutura há um conjunto de valores.⁸⁰

A convivência social dependerá dos valores que a norteia, por isso é importante refletir sobre os valores: buscar os valores que melhor fundamentem e facilitem a convivência desejada. Segundo Brandenburg,

[...] como o aspecto mais visível é a vivência em sociedade, poderia se destacar o desafio do amor como o valor universal. Se para a vivência em

⁷⁸ MORENO, 2005, p. 253.

⁷⁹ MORENO, 2005, p. 253.

⁸⁰ MAY, 2008, p. 80.

sociedade não basta a força do melhor argumento para obter o consenso, então pode valer a força do amor, expresso na solidariedade.⁸¹

Vivemos numa sociedade laica, a liberdade religiosa deve ser mantida e inúmeras Religiões são seguidas, cada uma com sua marca, mas falando de amor e solidariedade, esses e outros valores universais são compreendidos por elas.

É preciso considerar a relação entre família, sociedade e escola como uma função social de construção de uma nova sociedade pela emancipação, baseado nos princípios de igualdade, liberdade e justiça.

2.5 Educação de valores na escola

A proposta desse trabalho é destacar o contexto escolar como espaço propício para trabalhar com Ensino Religioso, um ensino em valores. Escola é lugar de fé?

Desde que o presidente norte-americano George W. Bush defendeu, em pleno século 21, o ensino em escolas públicas dos Estados Unidos do *design* inteligente, uma variação sofisticada da teoria criacionista, que prefere a Bíblia à ciência para explicar o surgimento da vida, foi retomada a discussão acalorada sobre a influência do ensino religioso nos currículos escolares laicos.⁸²

A educação em valores na escola deve proporcionar um espaço participativo que possibilite interação com outras pessoas, com realidades sociais diferentes. O acesso aos amigos e aos meios de comunicação social irá desempenhar um papel importante na formação dos indivíduos.⁸³ A escola concederá ao aluno e à aluna a oportunidade de desenvolver em si mesmo a percepção de quem realmente são e, nessa troca com o outro, nessa relação estabelecida com o diferente, novos conhecimentos serão construídos.

A meta principal da educação é criar homens capazes de fazer coisas novas e não apenas repetir o que outras gerações fizeram – homens criativos, inventivos, e descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes

⁸¹ BRANDENBURG, 2004, p. 156.

⁸² OSTRONOFF, Henrique. Escola é lugar de fé? *Revista Educação*, São Paulo, ano 11, v. 127, 2007, p. 36-52.

⁸³ MORENO, 2005, p. 260.

que possam ser críticas, que possam verificar e que não aceitem tudo o que lhes é oferecido.⁸⁴

Entende-se que, se a escola proporciona ao aluno e a aluna a possibilidade de fazer coisas novas a partir de uma reflexão, de uma análise crítica e ativa, baseados em valores que nortearão em atitudes nobres, certamente a Escola estará concretizando seu papel como espaço pra ensinar valores. Para o Ensino Religioso no contexto escolar, existem alguns parâmetros indicados pelo FONAPER:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso constituem-se num marco histórico da educação brasileira. Pela primeira vez, pessoas de várias tradições religiosas, enquanto educadores, conseguiram juntas construir os elementos constitutivos do Ensino Religioso como disciplina escolar, cujo objeto é o Transcendente. O Ensino Religioso no Brasil, ao longo da nossa história tem sido caracterizado pelo binômio: Ensino da Religião e concessão do Estado [...] Assim, a razão de ser do Ensino Religioso tem sua fundamentação na própria função da escola: o conhecimento e o diálogo. [...] A escola é o espaço de construção de conhecimentos, principalmente, de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados. E, como todo conhecimento humano é sempre patrimônio da humanidade, o conhecimento religioso deve também estar disponível a todos que a ele queiram ter acesso. Por questões éticas e religiosas [...] não é função de escola propor aos educandos a adesão e vivência desses conhecimentos [...] Portanto, na escola o Ensino Religioso tem a função de garantir a todos os educandos a possibilidade deles estabelecerem diálogo.⁸⁵

Percebe-se que a escola é local sim de se educar valores e o Ensino Religioso ocupa papel fundamental para tal responsabilidade.

A Escola, como instituição comprometida a plena realização do ser humano, não pode prescindir de sua função de proporcionar às gerações do presente e do futuro as condições para a sua justa participação nas realizações de uma sociedade em processo de contínua transformação. As relações estabelecidas no ambiente escolar hão de fazer emergir as coordenadas dialéticas da realização da pessoa humana.⁸⁶

O compromisso da escola é abrangente, envolve a sociedade por inteiro, na escola se ensina princípios, critérios, amplos horizontes de conhecimentos, interação, concepção de valores, espaço de crescimento e troca. Espaço ideal para se oferecer o Ensino Religioso baseado nos valores que integrarão os alunos e

⁸⁴ PIAGET apud GALLOWAY, Charles. *Psicologia da aprendizagem e do ensino*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 301.

⁸⁵ FONAPER, 2009.

⁸⁶ FIGUEIREDO, 1994, p. 29.

alunas nas diversas esferas de relacionamentos. A escola, como instituição de cultura, é articuladora de todo e qualquer processo de educação que promova o reencontro da razão com a vida. É um espaço que desenvolve o fenômeno da sociabilidade, amplia os horizontes nas relações interpessoais, ajudando os alunos e alunas em sua conduta social, como alguém que conhece, é livre na escolha, comunica. Espaço que se bem aproveitado pelo Ensino Religioso. Educar em valores é acreditar e educar para outro mundo possível, capaz de mudar a postura existencial no planeta. Moreno afirma que

[...] a educação em valores deve conter elementos que permitam aos jovens formar seu próprio critério e agir ante a informação que recebem, discernir entre o razoável e o inaceitável, escolher, dentre as várias ofertas, aquela que pode enriquecer e ao mesmo tempo ser agradável.⁸⁷

Gruen⁸⁸ afirma que a sociedade pós-moderna, com toda sua dificuldade em aceitar o novo, não consegue visualizar a nova função da disciplina de Ensino Religioso escolar e ainda a vê como proselitista e dogmática. A falta de clareza neste componente curricular tem sido a causa de freqüentes falhas pedagógicas. Muitas escolas não se interessam pela disciplina, muitos professores não têm segurança em relação à natureza, ao conteúdo e aos métodos que devem utilizar em suas aulas, pois os objetivos também sofreram modificações. Além do mais, aluno, aluna e colegas de trabalho já vêm de casa com seus valores religiosos que se constituem, não raro, em empecilho para o diálogo inter-religioso.

Os parâmetros apresentados pelo FONAPER são uma proposta curricular para a disciplina Ensino Religioso. O texto a seguir está baseado no FONAPER:

O Ensino Religioso no 4º ciclo: 7ª e 8ª série

Caracterização: neste período escolar o aluno apresenta uma maior capacidade de raciocínio, e acaba por ampliar seus interesses, especialmente o intelectual. Nessa fase, o/a educando/a “[...] tem necessidade de encontrar um objetivo na vida e muitas vezes se interessa pela religião”.

Objetivo: 7ª série: Ao final da sétima série, o Ensino Religioso deve ter proporcionado ao aluno e à aluna “[...] o conhecimento do sentido da vida sustentado pelas crenças, doutrinas, normas e métodos de relacionamento com o Transcendente, com os outros, consigo mesmo”.

⁸⁷ MORENO, 2005, p. 263.

⁸⁸ GRUEN, 1994, p. 40.

Objetivo: 8ª série: Ao final da oitava série, o Ensino Religioso deve ter proporcionado ao aluno e à aluna “[...] o conhecimento das possíveis respostas dadas à vida além-morte, pelas tradições religiosas, como orientadoras das crenças, normas e atitudes éticas dos fiéis, o que deve conduzi-lo ao estabelecimento de compromissos sociais solidários” [...] de modo que a formação de sua consciência moral esteja fundamentalmente voltada para os limites éticos trazidos pelas 33 tradições religiosas.

Área Relacional: a base da área relacional, como o próprio nome já sugere, são as relações. Na área relacional cabem conteúdos como “[...] relação entre eu e o outro, eu e a família, valores éticos e morais na vivência em sociedade, temas atuais entre outros” [...] um espaço de diálogo entre educando/as e educadores/as que precisa ser de todas as áreas de conhecimento”.

Com base na fala dos/as professores/as, Brandenburg constatou também que os valores se encontram presentes na prática docente e que eles têm maior ênfase dentre os conteúdos abordados na disciplina. Neste contexto, a autora afirma que: o trato com os valores no ER está relacionado com um dos eixos curriculares estabelecidos pelo FONAPER e documentos oficiais da Secretaria de Educação,⁸⁹

O professorado sente-se despreparado para a sua tarefa, e não vê como superar seu despreparo.⁹⁰ As exigências legais, segundo a LDBEN, supõem que o profissional de ensino seja portador de um diploma de nível superior.

[...] Já não é possível pensar em educação de qualidade que não contemple a dimensão religiosa do ser humano, dimensão essa que muitas vezes é confundida com o ensino da religião e/ou catequese, ou proselitismo.

[...] Pela primeira vez no Brasil, corrigindo-se distorções históricas do Ensino Religioso, o próprio Conselho Nacional de Educação no seu Parecer de 11/03/97 entende a necessidade de um professor habilitado e não representante de uma denominação religiosa. Esse posicionamento consubstancia o que reza a nova redação do Artigo 33 da LDB 9394/96 sancionada em 22/07/97 e que em seu § 1o prevê o profissional capacitado para esta área.⁹¹

Grande é a responsabilidade da escola como agente de transformação. Ela precisa despertar nos alunos e alunas o desejo e a curiosidade para continuar aprendendo. O papel da escola como educadora de valores é oportunizar ao aluno e à aluna a possibilidade de criar experiências de aprendizagem e não apenas apresentar questões prontas, saberes supostamente definidos.

⁸⁹ FONAPER, 2009.

⁹⁰ GRUEN, 1994, p. 40.

⁹¹ FONAPER, 2009.

2.6 Ensino Religioso na perspectiva dos Quatro Pilares da Educação

Este trabalho vem elucidar a importância dos valores morais como balizador das relações, o que dá o suporte, o que equilibra a convivência e incentiva a tolerância. O ser humano tem evoluído nos aspectos tecnológicos e anda sedento de solidariedade e de sentimentos que humanizem nossa espécie. Embora todas as áreas do conhecimento que fazem parte da matriz curricular do Ensino Fundamental tenham como objetivo principal a formação do sujeito em sua totalidade, é no Ensino Religioso que este se faz mais presente.

O ser humano constitui-se num ser em relação. Na busca de sobreviver e dar significação para sua existência ao longo da história, desenvolve as mais variadas formas de relacionamentos com a natureza, com a sociedade e com o Transcendente, na tentativa de superação da sua provisoriedade, limitação, ou seja, sua finitude. Dilema que o desafia de forma marcante ante a complexidade da técnica, da industrialização, da urbanização, do racionalismo, da secularização: quem sou? De onde vim? Para onde eu vou?⁹²

As respostas a estas questões devem ser construídas em todos os ambientes sociais e, em especial, no ambiente escolar. Desta forma, o Ensino Religioso permite a reflexão crítica sobre a interação entre educandos e seus pares, bem como, a compreensão do estabelecimento de novas relações do ser humano com a natureza. A busca de consenso numa sociedade multicultural como a nossa, aponta como melhor caminho o respeito às diversidades, focalizando o que é comum a todos os grupos: valores universais, ou seja condição digna para o pleno desenvolvimento da pessoa humana.

Houve avanços quanto ao direcionamento pedagógico desde as reflexões e lutas pela inserção do Ensino Religioso, garantida na constituição Federal, em 1987/1988 – "O Ensino Religioso ocupa-se com a educação integral do ser humano, com seus valores e suas aspirações mais profundas. Quer cultivar no ser humano as razões mais íntimas e transcendentais, fortalecendo nele o caráter de cidadão, desenvolvendo seu espírito de participação, oferecendo critérios para a segurança de seus juízos e aprofundando as motivações para a autêntica cidadania".⁹³

⁹² FONAPER, 1998.

⁹³ FONAPER, 1998.

Para Makyiama,⁹⁴ a partir de uma abordagem antropológico-filosófica que reconhece o fenômeno religioso como decorrência de sua propriedade humana, de sua condição existencial, e seguindo para uma abordagem mais específica de ordem pedagógica, podemos dizer que o específico do religioso para o Ensino Religioso é ajudar o aluno e a aluna a se posicionar e a se relacionar da melhor forma possível com as novas realidades que o/a cercam. Primeiramente em relação a seus limites e depois quanto às linguagens simbólicas. Segundo Makiyama,⁹⁵ o Estado, a quem hoje se confia a educação da maior parte da sociedade, reconhece a necessidade de uma Educação Religiosa, sem, no entanto, dizer como realizá-la. Em todo caso, ele não pode prescindir dos questionamentos fundamentais de toda pessoa humana, o que constitui o próprio fundamento da sociedade.

Partindo desta realidade e tendo como base os Parâmetros Curriculares Nacionais, cada Unidade Escolar tem autonomia para criar o seu Plano de Curso de Ensino Religioso em conformidade com o Projeto Político Pedagógico (PPP), documento que expressa a missão, os objetivos e as metas da instituição. Segundo Delors, a prática pedagógica deve preocupar-se em desenvolver quatro aprendizagens fundamentais, que serão para cada indivíduo os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Estes quatro Pilares da Educação são conceitos fundamentais da educação, e estão baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors.⁹⁶ Observa-se que os quatro conceitos apresentados como pilares da educação expressam a intencionalidade de desenvolver competências indissociáveis à formação do indivíduo:

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber

⁹⁴ MAKYIAMA, Matilde T. *O Ensino Religioso*. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur4/o_ensino_religioso.htm>. Acesso em: 27 fev. 2009.

⁹⁵ MAKYIAMA, 2009.

⁹⁶ DELORS, 1999, p. 89-102.

constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta.⁹⁷

Necessário perceber que esta visão atual não comporta apenas uma educação quantitativa, repleta de conteúdos, levando os alunos e alunas do começo da vida a um acúmulo de conhecimentos de forma indefinida. O que se espera com a proposta dos quatro pilares da educação é que aproveite e explore do começo ao fim da vida todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, adaptando-se a um mundo em mudança.

2.6.1 Aprender a conhecer

Significa despertar no aluno e na aluna não só o desejo de conhecer, saber algo, mas, sobretudo o desejo de desenvolver a vontade de aprender, de querer saber mais e melhor. No Ensino Religioso, é possível estimular o conhecimento acerca das Religiões e dos valores que cada um e cada uma apresenta, ou seja, o desejo de conhecer as religiões dos colegas e de como cada um e cada uma entende a realidade e vive sua espiritualidade. Aprender a conhecer é adquirir os instrumentos da compreensão. Esta prática pedagógica consiste em provocar nos alunos e nas alunas o interesse pelo conhecimento, a capacidade de aprender cada vez melhor, ajudando-os a desenvolver valores e dispositivos intelectuais e cognitivos que lhes permitam construir suas próprias opiniões.

Segundo Hugo Assman e Jung Mo Sung,⁹⁸ os analfabetos de amanhã não serão os que não sabem ler; serão os que não tiverem aprendido a aprender. O pior analfabetismo é a falta de curiosidade de aprender.

2.6.2 Aprender a fazer

Intrinsecamente ligado ao saber conhecer, está o saber fazer. Aqui existe a possibilidade da prática. Como esses valores podem interagir com os alunos e as alunas, é essencial que cada indivíduo saiba comunicar-se. Não apenas reter e transmitir informação mas também interpretar e selecionar as diversas informações,

⁹⁷ DELORS, 1999, p. 89-90.

⁹⁸ ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2002.

muitas vezes contraditórias, com que é bombardeado diariamente, analisar diferentes perspectivas, e refazer suas próprias opiniões mediante novos fatos e informações. Aprender a fazer para poder agir sobre o meio envolvente.

2.6.3 Aprender a viver juntos

Consiste num dos maiores desafios para os educadores, pois atua no campo das atitudes e dos valores. Fazem parte deste campo: aprender a lidar com o conflito, respeitar a diversidade, as rivalidades milenares ou diárias. Aposta-se na educação como veículo pacificador, promotor de tolerância e de compreensão. Como fazê-lo? O relatório da UNESCO não oferece uma receita pronta, mas avança numa proposta baseada em dois princípios:

[...] a educação deve utilizar duas vias complementares. Num primeiro nível, a descoberta progressiva do outro. Num segundo nível, e ao longo de toda a vida, a participação em projetos comuns, que parece ser um método eficaz para evitar ou resolver conflitos latentes.⁹⁹

Na descoberta do outro, a missão da educação é dupla: por um lado, transmitir conhecimento sobre a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. Nesse momento, percebe-se que o Ensino Religioso atuará de forma profunda na descoberta das religiões, dos valores de cada uma. A partir da realidade do grupo de alunos e alunas, é possível fazer um levantamento em toda escola e, por que não dizer, no bairro onde a escola está inserida. É imprescindível perceber que, antes de descobrir o outro, é necessário passar pela descoberta de si mesmo. Só então poderá, verdadeiramente, pôr-se no lugar dos outros e compreender suas reações. Outras formas de trabalhar com o grupo de alunos:

- Participação em projetos comuns, saindo das rotinas individuais e trabalhando com os outros aquilo que é comum e não as diferenças.
- Projetos de cooperação, levando os alunos e alunas participarem de projetos estimulando a perceber a necessidades das pessoas cooperando em atividades sociais - ajuda aos mais desfavorecidos, ações humanitárias, solidariedade.

⁹⁹ DELORS, 1999, p. 97.

2.6.4 Aprender a ser

A Comissão reafirmou, energicamente, um princípio fundamental: a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. [...] à educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.¹⁰⁰

Segundo o relatório citado acima, este tipo de aprendizagem depende diretamente dos outros três. Considera-se que a Educação deve ter como finalidade o desenvolvimento total do indivíduo “espírito e corpo, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade”.¹⁰¹ À semelhança do aprender a viver com os outros, fala-se aqui da educação de valores e atitudes, mas já não direcionados para a vida social em particular, mas concretamente para o desenvolvimento individual. Assim a Comissão adere plenamente ao postulado do relatório ‘aprender a ser’:

O desenvolvimento tem por objeto a realização completa do homem, em toda a sua riqueza e na complexidade das suas expressões e dos seus compromissos: indivíduo, membro de uma família e de uma coletividade, cidadão e produtor, inventor de técnicas e criador de sonhos.¹⁰²

Com o aprender a ser, o que se pretende é oportunizar a descoberta do eu. E nesse momento, o espaço do Ensino Religioso será aproveitado pelos professores e professoras para trabalhar com a diversidade dos valores, identificados em cada aluno e aluna, cada cultura presente em sala de aula. É um espaço para trabalhar com a criatividade individual.

¹⁰⁰ DELORS, 1999, p. 99.

¹⁰¹ DELORS, 1999, p. 99.

¹⁰² DELORS, 1999, p. 101.

3 PROPOSTA DE TRABALHO COM VALORES: PROJETO ECOLOGIA E SOLIDARIEDADE: VALOR INDISPENSÁVEL

Ao apresentar a proposta de trabalho para alunos e alunas da disciplina de Ensino Religioso, leva-se em consideração o fato de que não é possível apresentar, e nem é a intenção, uma proposta proselitista nem confessional, defendendo uma ou outra religião. Ainda assim, o Projeto está baseado num texto bíblico, um texto sagrado para a religião cristã. A Bíblia não é somente o texto sagrado da religião cristã, mas um texto culturalmente indicado como obra literária e apresentado como modelo a ser estudado.¹⁰³ Também é importante ressaltar que textos sagrados de outros grupos religiosos poderão ser utilizados para outra proposta de trabalho. O Projeto tem como título “**Ecologia e solidariedade: valor indispensável**”.

O texto escolhido para trabalhar os valores, adaptando com os Quatro Pilares da Educação, foi o Evangelho de João 6:1-15 - Milagre da multiplicação dos pães e peixes por Jesus. A abordagem feita visa estabelecer um comparativo da narrativa de João, com as narrativas de Marcos 6.30-44, Lucas 9.10–17 e Mateus 14.1-23. Esse é o primeiro sinal realizado por Jesus narrado nas quatro narrativas Bíblicas. Tem como objetivo compreender a importância e o significado dado pelos gregos à infância e à juventude no contexto bíblico, e trazer uma contextualização para a realidade do Guará II, Distrito Federal.

O presente trabalho apresenta uma proposta a ser futuramente aplicada com os alunos e alunas das últimas séries do Ensino Fundamental do Guará II. Guará é uma região administrativa do Distrito Federal brasileiro (RA X). Costuma-se designar por Guará I e Guará II dois bairros ou distritos desta região. É reconhecida como uma das principais cidades satélites do Distrito Federal. Inicialmente, por volta do ano de 1985, a Gerência Regional de Ensino chamava-se Complexo Escolar "A" do Guará. Hoje, possui 22 escolas.¹⁰⁴ Oferecem desde a Educação Básica até o Ensino Médio. A proposta de trabalho tem como objetivo apresentar um modelo de como ensinar valores no Contexto Escolar.

¹⁰³ Esta atividade foi preparada no Mestrado Profissional na EST, na Disciplina de Hermenêutica Bíblica, com a Prof^a. Dr^a. Marga Ströher. O grupo que preparou o trabalho: Albet Freitas de Souza, Celidvalva Sousa Reis, Maria Célia Calmon Santos e Rita Estefânia Luz dos Passos.

¹⁰⁴ Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Guará_(Distrito_Federal)>. Acesso em: 22 jul. 2009.

Fazendo um levantamento, não só apresentado por João, mas também por Marcos, Lucas e Mateus, buscando aprofundar os conhecimentos deste fato, uma visão do contexto que está inserido, fazendo um paralelo com os quatro Pilares da Educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver com os outros e aprender a ser. O objetivo é despertar no aluno e aluna o desejo de conhecer, sobre o fato, cultivando assim o desejo de aprender a conhecer, de aprender a fazer, perceber as estratégias na convivência com os outros e aprender a ser, destacando assim valores para vida de cada aluno e cada aluna. Apresentar a razão das quatro narrativas.

Na análise do Evangelho de João, o acontecimento da multiplicação dos pães e peixes, é considerado um dos sinais de Jesus. No texto, existe referência somente aos homens (mais de 5 mil) e, em nenhum momento, faz-se referência às mulheres e crianças (meninos e meninas) e/ou jovens da época. No contexto das narrativas dos evangelistas, procurou-se identificar os fatos numa perspectiva hermenêutica, voltada para a infância e juventude. Partiu-se da confrontação entre as diferentes narrativas bíblicas, comentado nos quatro Evangelhos o momento histórico e factual da passagem que Jesus realizara, para então realizar uma análise hermenêutica.

Observando as narrativas dos evangelistas Marcos, Lucas e Mateus, percebe-se a intercomplementaridade dos relatos destes com as narrativas do Evangelho de João, considerado o autor, “o discípulo a quem Jesus amava”. O local onde o fato aconteceu não é inteiramente certo, podendo ter acontecido perto do litoral norte do Mar da Galiléia, ao norte do local onde o rio Jordão deságua no mar.

Pack Frank¹⁰⁵ informa que no relato aparecem dois nomes dados para o Mar da Galiléia. Parece que no primeiro século ele era chamado de Mar de Tiberíades, por causa da cidade de Tiberíades, fundada em suas costas cerca de 20 A.D por Herodes Antipas. O outro lado para o qual Jesus atravessou era aparentemente a costa norte onde os montes se alteavam próximo ao lago.

¹⁰⁵ PACK, Frank. *O Evangelho segundo João*. São Paulo: Vida Cristã, 1977. p. 96.

Porque que existem quatro relatos?¹⁰⁶

Os textos bíblicos foram escritos para povos de culturas diferentes em tempos históricos diferenciados. Mateus era cobrador de impostos e fazia parte dos discípulos de Jesus; também chamado de Levi.¹⁰⁷ Lucas, médico e companheiro de Paulo; o que Lucas escreveu contém o que Paulo pregava de uma extremidade do Império Romano a outra, e também de uma busca acurada como ele mesmo relata no início do Evangelho. João era irmão de Tiago e filho de Zebedeu.¹⁰⁸ pescador. Não sabemos qual era a profissão de Marcos, era companheiro de Pedro; os relatos de Marcos possivelmente contém o que ele ouvira Pedro contar repetidas vezes.

Com tantas informações, podemos oportunizar aos alunos e alunas a possibilidade de aprender a conhecer, despertando neles a curiosidade de estudar sobre vários aspectos aqui relacionados: realidade social dos escritores, profissões, aspectos literários nos relatos dos evangelistas, fazendo aí uma leitura de forma harmoniosa dos quatro Evangelhos. Posso identificar aqui a necessidade de conhecer, despertando nos alunos e alunas a vontade de saber mais sobre o que realmente aconteceu e fatos relevantes identificados ali.

O Evangelho de Mateus é tradicionalmente atribuído a Mateus, o qual tinha por sobrenome Levi, cobrador de impostos ou publicano, a quem Jesus chamou para ser um dos seus doze discípulos (Mt 9.9-13;10.3). Nada se sabe dele, praticamente, a não ser o seu nome e profissão. O original de Mateus, segundo se pensa, pode ter sido dirigido à Igreja de Jerusalém, de onde outras igrejas obtiveram cópias. A indicação inicial é que o alvo primeiro de Mateus era alcançar os Judeus.

Marcos, cujo prenome era João, era filho de Maria, mulher de riqueza e posição em Jerusalém, primo de Barnabé, provavelmente natural de Jerusalém. Pedro foi instrumento de sua conversão e afetuosamente o trata de “meu filho” (1Pe 5.13). Como amigo íntimo de Pedro, dele provavelmente recebeu boa parte das

¹⁰⁶ Em certa época, existiram mais evangelhos que os quatro que possuímos (Lc 1:1). Jesus viveu num período de grande atividade literária — a era das autobiografias militares (Júlio César), dos escritos filosóficos (Cícero e Sêneca), das grandes poesias (Virgílio, Horácio, Lívio, Plutarco e Plínio) e dos historiadores (Tácito). Dentro de uma só geração, a história de Jesus disseminara-se por todo o mundo conhecido e conseguira milhares de seguidores dedicados. Naturalmente, havia muita procura das narrativas escritas da vida de Jesus.

¹⁰⁷ TENNEY, Merrill C. *O Novo Testamento: sua origem e análise*. Vida São Paulo: Nova, 1989. p. 151.

¹⁰⁸ TENNEY, 1989, p. 14.

informações contidas no Evangelho, escrito para leitores gentios em geral e, especialmente, para romanos em particular.

Lucas, 'médico amado', amigo íntimo e companheiro de Paulo, foi provavelmente o único autor gentio (não judeu) do Novo Testamento, e escreveu especificamente destinado a Teófilo. O Evangelho se inclina para todos os gentios. João, chamado de "discípulo a quem Jesus amava", era "filho do trovão", filho de Zebedeu, pescador com boa situação financeira. Sua mãe era Salomé, devotada seguidora do Senhor. João escreveu para provar que Jesus era o Cristo, o Messias prometido (para judeus) e o Filho de Deus (para os gentios). Tinha em mira levar os seus leitores a crer em Cristo, a fim de que, crendo, tivessem vida em seu nome (Jo 20.31). João escreveu quase uma geração depois dos outros evangelistas. As verdades e valores retirados dos textos reforçam valores que precisam ser analisados e vivenciados sempre, despertando nos alunos e alunas a vontade de saber conhecer, buscando num estudo bibliográfico também sobre essas pessoas que aparecem nas narrativas.

3.1 Contexto histórico

O fato bíblico da multiplicação dos pães e peixes ocorreu provavelmente em Betsaida, uma pequena cidade na margem norte do Mar da Galiléia (Lucas 9.10), possivelmente a 2 Km a oeste de onde o Jordão deságua nesse mar. Nos relatos bíblicos sobre a multiplicação dos pães e peixes, Jesus e seus discípulos, numa retirada estratégica, seguiram para a cidade de Betsaida.

Enquanto os apóstolos estavam em sua viagem missionária, Lucas lhes conta alguma coisa acerca de Herodes, o Tetrarca. Ele tinha escutado falar de Jesus e ficou surpreso, espantado. Herodes era o Tetrarca do território em que Jesus realizou a maior parte dos Sinais. Ele se interessava por todos os dados e informações sobre Jesus. Tudo indica também que passava pela cabeça de Herodes a possibilidade de Jesus ser João Batista que havia ressuscitado dentre os mortos, e isso o perturbava muito.

Os discípulos estavam voltando de uma viagem missionária e relataram suas ações para o Messias. Jesus, reconhecendo a necessidade de ficar a sós com

eles, convida-os a se retirarem para um lugar deserto. Decerto, queria que tivessem a oportunidade de relaxar e se refrigerar. Foram para Betsaida, que deve significar um lugar na vizinhança geral daquela cidade, porque Lucas informa que era “um lugar deserto” (Lc 9.12) e, portanto, não a própria cidade. Fica evidente aqui o saber conviver com o outro, era um momento para juntos, conversarem sobre a viagem, as lições e os conflitos.

Marcos nos informa que alguns dentre as multidões foram na frente, de modo que estavam esperando quando Jesus e seus amigos desembarcaram. É curioso que o povo tenha seguido Jesus ao redor do lago. Teria sido mais simples para eles esperarem sua volta. A morte de João Batista deve ter sido bem recente, e demonstrou a hostilidade de Herodes ao tipo de pregação à qual Jesus, e agora seus seguidores, estavam se dedicando. A despeito de ter procurado a solidão, Jesus não revelou irritação alguma, pelo contrário, acolheu-as.¹⁰⁹ Nota-se que Jesus aprendeu a conviver com os outros e era uma oportunidade que os discípulos estavam tendo, assim como a multidão.

3.2 Análise dos versículos bíblicos

Paralelo da Multiplicação dos pães e peixes nos Evangelhos:

Jo 6.1-15	Mt 14.13-21	Mc 6.30-44	Lc 9.10-17
-----------	-------------	------------	------------

A proposta é fazer uma análise através do paralelo dos Evangelhos e não uma exegese aprofundada, numa ótica global. Desta feita, serão destacados a solidariedade e o cuidado com a ecologia, no aproveitamento das sobras dos pães e peixes para que nada se perdesse. Será usada a Bíblia na versão “Almeida Atualizada e Corrigida”.

V.1: Depois destas cousas atravessou Jesus o Mar da Galiléia, que é o de Tiberíades.

João 6:1	Mateus 14:13	Marcos 6:30	Lucas 9:10
Depois destas coisas, atravessou Jesus o mar da	Jesus, ouvindo isto, retirou-se dali num barco, para	Voltaram os apóstolos à presença de Jesus e lhe relataram tudo quanto haviam	Ao regressarem, os apóstolos relataram a Jesus tudo o que tinham feito. E,

¹⁰⁹ BRUCE, F. F. *João: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova, 1997. p. 133.

Galiléia, que é o de Tiberíades	um lugar deserto, à parte; sabendo-o as multidões, vieram das cidades seguindo-o por terra	feito e ensinado. Marcos 6:31 E ele lhes disse: Vinde repousar um pouco, à parte, num lugar deserto; porque eles não tinham tempo nem para comer, visto serem numerosos os que iam e vinham Marcos 6:32 Então, foram sós no barco para um lugar solitário	levando-os consigo, retirou-se à parte para uma cidade chamada Betsaida
---------------------------------	--	---	---

O momento da retirada de Jesus e de seus discípulos foi estratégico, pois sabia da prisão de João Batista e que ele mesmo corria risco de vida. Saber fazer a coisa certa na hora certa era a meta, o momento estratégico para tal atitude.

V.2: Seguia-o numerosa multidão, por que tinham visto os sinais que ele fazia na cura dos enfermos.

João 6:2	Mateus 14:14	Marcos 6:33	Lucas 9:11
Seguia-o numerosa multidão, porque tinham visto os sinais que ele fazia na cura dos enfermos.	Desembarcando, viu Jesus uma grande multidão, compadeceu-se dela e curou os seus enfermos.	Muitos, porém, os viram partir e, reconhecendo-os, correram para lá, a pé, de todas as cidades, e chegaram antes deles Marcos 6:34 Ao desembarcar, viu Jesus uma grande multidão e compadeceu-se deles, porque eram como ovelhas que não têm pastor. E passou a ensinar-lhes muitas coisas	Mas as multidões, ao saberem, seguiram-no. Acolhendo-as, falava-lhes a respeito do reino de Deus e socorria os que tinham necessidade de cura.

No texto bíblico, verifica-se que a multidão seguia seu Mestre, esperançosa de ver e receber os sinais que ele lhes mandava. Todos sabiam dos feitos milagrosos de Jesus e queriam vê-lo realizar. Jesus sabia fazer, e isso era marca do compromisso que Ele tinha com sua missão e com quem o enviou. Segundo Pack, a multidão continuou seguindo Jesus porque continuou vendo os sinais que ele continuava fazendo.¹¹⁰

¹¹⁰ PACK, 1977, p. 97.

Quando se faz referência à “grande multidão” nesse contexto, não se fala das mulheres e crianças que provavelmente estavam presentes no local. Não se sabe com isso quantas mulheres, crianças e jovens estavam presentes. Naquela época estes não eram considerados. Presume-se que estavam em grande quantidade, porém, não eram contabilizados nos eventos importantes.

V.3: Então subiu Jesus ao monte e assentou-se ali com os seus discípulos.

Momento também apropriado para convivência com o outro, momento de troca de conhecimento, de aprendizagem. Assentar-se era a posição comum ao professor, e Marcos acrescenta que em sua compaixão pelo povo “passou a ensiná-lhes muitas coisas” (Mc 6.34). Os discípulos se reuniram ao seu redor.

V. 4: Ora, a páscoa, festa dos Judeus, estava próxima.



Aprender a conhecer sobre a Páscoa, o contexto que envolveu a primeira Páscoa. Fazer uma busca história da festa até a realidade da páscoa que se guarda hoje. Uma busca também pelos verdadeiros símbolos da páscoa judaica, já que o próprio relato de João indica que se tratava de uma ‘festa dos judeus’. Quais os verdadeiros valores que se tira da páscoa?

Jesus pediu que todos se assentassem sobre a “*relva verde*”, termo que remete ao entendimento sobre o período de fertilidade e época de Páscoa, que significa tempo de luz, de passagem de um tempo de trevas (fim do inverno = acontecimento histórico da libertação do Egito quando Israel tornou-se o povo de Deus = realidade do presente): a memória ritual, celebração do fato passado para um tempo de luzes (chegada da primavera). Nessa região, nesse período, a Páscoa relembra a saída do povo hebreu do Egito (Êx. 12.1-28), significando uma nova era. O ambiente descrito (*relva verde*) representava a tranquilidade, a paz e simbolicamente a fartura.

Ao celebrar a Páscoa (Mt 26.1-2;17-20), Jesus institui a NOVA PÁSCOA, a Páscoa da libertação total do mal, do pecado e da morte numa aliança de amor a Deus com a humanidade. A nova Páscoa não era uma libertação política do poder dos romanos, como os judeus esperavam. Poucos entenderam que o reino de Deus

transcende o aspecto político, histórico e geográfico. Hoje, ao se celebrar a Páscoa, esta não é feita com sacrifício de cordeiro e pães sem fermento, pois Cristo se deu em sacrifício uma vez por todas como cordeiro pascal, como prova e para libertar o ser humano de tudo aquilo que o oprime (Jo 1.29; 1Cor 5.7; Ef 5.2; Hb 5.9). No momento de assentar juntos, há a necessidade de se saber conviver com o diferente.

V. 5: Então Jesus, erguendo os olhos e vendo que grande multidão vinha ter com ele, disse a Filipe: Onde compraremos pães para lhes dar a comer?

João 6:5	Mateus 14:15	Marcos 6:35	Lucas 9:12
Então, Jesus, erguendo os olhos e vendo que grande multidão vinha ter com ele, disse a Filipe: Onde compraremos pães para lhes dar a comer?	Ao cair da tarde, vieram os discípulos a Jesus e lhe disseram: O lugar é deserto, e vai adiantada a hora; despede, pois, as multidões para que, indo pelas aldeias, comprem para si o que comer.	Em declinando a tarde, vieram os discípulos a Jesus e lhe disseram: É deserto este lugar, e já avançada a hora	Mas o dia começava a declinar. Então, se aproximaram os doze e lhe disseram: Despede a multidão, para que, indo às aldeias e campos circunvizinhos, se hospedem e achem alimento; pois estamos aqui em lugar deserto.  

Havia preocupação de Jesus em saciar a fome da multidão faminta e, ainda que soubesse o que deveria fazer, perguntou a seu discípulo Filipe: o que fazer para alimentá-los? Esse momento é majestoso, posso afirmar, Jesus envolve os discípulos com a responsabilidade de solução para o problema. Aqui vejo o momento de o professor do Ensino Religioso despertar nos alunos e alunas as diversas necessidades dos colegas, escola, e sociedade e buscar juntamente com eles a solução. O saber fazer: como fazer, o que fazer, quando fazer, a quem fazer, por que fazer? Emociono-me em pensar na riqueza do retorno desse momento.

Identifica-se no texto que a multidão era composta de pessoas de todas as classes sociais da época. Todos tinham objetivos diversos ali, quer seja: ver um Milagre do filho do Homem; saber se Ele era realmente o Messias; se Ele era realmente um rei, dentre outros. E Jesus tinha um propósito para cada um deles. Para Jesus, todos na multidão eram especiais. Porém, era preciso que seus discípulos estivessem preparados para divulgar sua palavra. Precisariam provar a sua fé e esta foi evidenciada no sentido da solidariedade e na crença de que um

menino menina ou criança, jovem ou rapaz pudesse ajudá-los. Com aquela atitude, Jesus envolveu o menino no cenário.

V.6: Mas dizia isto para o experimentar; por que ele bem sabia o que estava para fazer.

Tal questionamento leva a crer que Jesus precisava naquele momento colocar os seus discípulos frente a um problema cuja resposta Ele já tinha. Contudo, era preciso que todos vivenciassem aquele momento da partilha. Identifica-se aqui que Jesus sabia fazer, mas estava aproveitando o momento para ensinar aos discípulos. Identifica aqui tanto o aprender a fazer, como o se identificar com a necessidade do outro, e a aprender a conviver com a necessidade do outro também, buscando assim a solução. Valores que são firmados em cada um, quando se quer aprender.

V. 7: Respondeu-lhe Filipe: Não lhes bastariam duzentos denários de pão, para receber cada um o seu pedaço.

João 6:7	Mateus 14:16	Marcos 6:36	Lucas 9:12
Respondeu-lhe Filipe: Não lhes bastariam duzentos denários de pão, para receber cada um o seu pedaço.	Jesus, porém, lhes disse: Não precisam retirar-se; dai-lhes, vós mesmos, de comer.	Despede-os para que, passando pelos campos ao redor e pelas aldeias, comprem para si o que comer	Mas o dia começava a declinar. Então, se aproximaram os doze e lhe disseram: Despede a multidão, para que, indo às aldeias e campos circunvizinhos, se hospedem e achem alimento; pois estamos aqui em lugar deserto.

Filipe sabia que, com tantas pessoas, seria preciso muito mais que duzentos denários (salário anual daquela época) para alimentá-los. Que mesmo sendo o pão e peixes o alimento dos pobres daquela época e que esses alimentos, ainda que acessíveis aos pobres, não bastariam, em função da numerosa multidão presente no monte. Nota-se aqui também a oportunidade de se ensinar a aprender conhecer. Momento de trabalhar com cálculos, valor de cesta básica, necessidade de cada família para o suprimento familiar, possibilidade de estender o projeto em prática.

V. 8: Um de seus discípulos, chamado André, irmão de Simão Pedro, informou a Jesus:

V.9: *Está aí um rapaz que tem cinco pães de cevada e dois peixinhos; mas isto que é para tanta gente?*

João 6:9	Mateus 14:17	Marcos 6:37	Lucas 9:13
Está aí um rapaz que tem cinco pães de cevada e dois peixinhos; mas isto que é para tanta gente?	Mas eles responderam: Não temos aqui senão cinco pães e dois peixes	Porém ele lhes respondeu: Dai-lhes vós mesmos de comer. Disseram-lhe: Iremos comprar duzentos denários de pão para lhes dar de comer?	Ele, porém, lhes disse: Dai-lhes vós mesmos de comer. Responderam eles: Não temos mais que cinco pães e dois peixes, salvo se nós mesmos formos comprar comida para todo este povo.
	Mateus 14:18	Marcos 6:38	
	Então, ele disse: Trazei-mos	E ele lhes disse: Quantos pães tendes? Ide ver! E, sabendo-o eles, responderam: Cinco pães e dois peixes	

O pão e o peixe se constituíam na alimentação básica dos pobres da Galiléia. A interpretação da participação do jovem nesta passagem bíblica não deve satisfazer-se em apenas uma apreciação insignificante de sua atuação, naquele contexto. Quem era aquele rapaz? Como chegou até Jesus? Por que trazia consigo os cinco pães e dois peixinhos? Será que os ofereceu a Filipe? Essas questões podem ser analisadas a partir da ótica de um observador. Observa-se, também, a maneira negligente com que o discípulo trata a oferta, quando diz: “Está aí um rapaz com *cinco pães e dois ‘peixinhos’*”. O termo remete à noção de que havia apenas, além de cinco pães, dois peixes pequenos, o que era insuficiente para alimentar toda aquela multidão de pessoas (homens, mulheres, crianças e jovens).

Questionando o termo **rapaz**, que em grego tanto pode significar um jovem do sexo masculino como pode ser do sexo feminino ou, ainda, menino ou menina, não está claro nos textos bíblicos, de que forma, naquele contexto, ele ou ela chegara a fazer parte da multidão de homens, e, possivelmente, de mulheres e crianças. Analisando o texto no aspecto lingüístico do sentido da expressão usada por André, para apresentar a Jesus o rapaz: ” Está aí um rapaz”. Observa-se que o rapaz estava ali bem próximo de Jesus.

A solução para saciar a fome daqueles que estavam famintos se apresentou nas mãos de um “rapaz” (João 6.9) onde, nos textos bíblicos, sequer se fez referência à sua identidade, demonstrando a pouca representatividade dos jovens daquele povo, para a sociedade da época. Demonstra, assim, que o rapaz era apenas “mais um na multidão”. A surpresa de André foi perceber que a quantidade de pães e peixes era irrisória diante da multidão.

V.10: Disse Jesus: fazei o povo assentar-se; pois havia naquele lugar muita relva. Assentaram-se, pois, os homens em número de quase 5000.

João 6:10	Mateus 14:19	Marcos 6:39	Lucas 9:14
<p>Disse Jesus: Fazei o povo assentar-se; pois havia naquele lugar muita relva. Assentaram-se, pois, os homens em número de quase cinco mil.</p>	<p>E, tendo mandado que a multidão se assentasse sobre a relva, tomando os cinco pães e os dois peixes, erguendo os olhos ao céu, os abençoou. Depois, tendo partido os pães, deu-os aos discípulos, e estes, às multidões</p>	<p>Então, Jesus lhes ordenou que todos se assentassem, em grupos, sobre a relva verde.</p> <p>Marcos 6:40</p> <p>E o fizeram, repartindo-se em grupos de cem em cem e de cinquenta em cinquenta.</p> <p>Marcos 6:41</p> <p>Tomando ele os cinco pães e os dois peixes, erguendo os olhos ao céu, os abençoou; e, partindo os pães, deu-os aos discípulos para que os distribuíssem; e por todos repartiu também os dois peixes.</p> <p>Marcos 6:42</p> <p>Todos comeram e se fartaram;</p>	<p>Porque estavam ali cerca de cinco mil homens. Então, disse aos seus discípulos: Fazei-os sentar-se em grupos de cinquenta</p>

Nesse momento, Jesus, ao pedir que todos se assentassem em grupos de 100 e de 50, orou e repartiu os pães entre seus discípulos. Pediu que assim o fizessem com toda a multidão presente. Percebe-se a necessidade de se aprender a viver com os outros. Identifica-se aqui a necessidade de saber lidar com grupos. A relevância de se ter uma liderança participativa. A multidão referenciada estava

composta por 5000 homens, sem contar com as mulheres e crianças que provavelmente estavam presentes.

V. 11: Então Jesus tomou os pães e, tendo dado graças, distribuiu-os entre eles; e também igualmente os peixes, quanto queriam.

<p>João 6:11</p> <p>Então, Jesus tomou os pães e, tendo dado graças, distribuiu-os entre eles; e também igualmente os peixes, quanto queriam.</p>	<p>Mateus 14:19</p> <p>E, tendo mandado que a multidão se assentasse sobre a relva, tomando os cinco pães e os dois peixes, erguendo os olhos ao céu, os abençoou. Depois, tendo partido os pães, deu-os aos discípulos, e estes, às multidões</p>	<p>Marcos 6:39</p> <p>Então, Jesus lhes ordenou que todos se assentassem, em grupos, sobre a relva verde.</p> <p>Marcos 6:40</p> <p>E o fizeram, repartindo-se em grupos de cem em cem e de cinquenta em cinquenta.</p> <p>Marcos 6:41</p> <p>Tomando ele os cinco pães e os dois peixes, erguendo os olhos ao céu, os abençoou; e, partindo os pães, deu-os aos discípulos para que os distribuíssem; e por todos repartiu também os dois peixes. Marcos 6:42</p> <p>Todos comeram e se fartaram;</p>	
--	---	--	--

Era hábito, próprio dos alunos dos rabinos, sentarem-se em fileiras. Essas eram comparadas com as fileiras de videira na vinha, ou jardins bem arrumados. Representava, então, um grupo de pessoas comendo juntas, que se reclinavam. Observa-se que Jesus usa os costumes de sua época para ensinar. Ele via a necessidade de seus alunos estarem à vontade, aproveitava cada oportunidade para ensinar-lhes. Jesus aproveitou o momento para dar graças e quebrar o pão (ato repetido: dar, colocar diante de, servir alimento). O ato de Jesus faria com que os judeus se lembrassem do milagre do Maná (Êx 1-36). Jesus gostava de ordem: fez o povo assentar-se em grupos de 50 e de 100, provavelmente dispostos em redor dele num círculo ou semicírculo. Faz lembrar o campo de Moisés no deserto (Êx 18.21).

V. 12: E quando já estavam fartos, disse Jesus a seus discípulos: Recolhei os pedaços que sobraram, para que nada se perca.

Nessa passagem do texto bíblico, percebe-se que existe uma relação entre o ser humano e o meio onde está inserido. Desta feita, vê-se que, além da partilha do pão representar **o corpo de Cristo** oferecido em forma de pão, esse deveria ser suficiente para alimentar o espírito: “Eu sou o pão da vida” (Jo 6.35).

<p>João 6:12</p> <p>E, quando já estavam fartos, disse Jesus aos seus discípulos: Recolhei os pedaços que sobraram, para que nada se perca.</p>	<p>Mateus 14:20</p> <p>Todos comeram e se fartaram; e dos pedaços que sobejaram recolheram ainda doze cestos cheios.</p> <p>Mateus 14:21</p> <p>E os que comeram foram cerca de cinco mil homens, além de mulheres e crianças</p>	<p>Marcos 6:42</p> <p>Todos comeram e se fartaram</p> <p>Marcos 6:43</p> <p>e ainda recolheram doze cestos cheios de pedaços de pão e de peixe.</p> <p>Marcos 6:44</p> <p>Os que comeram dos pães eram cinco mil homens.</p>	<p>Lucas 9:15</p> <p>Eles atenderam, acomodando a todos.</p> <p>Lucas 9:16</p> <p>E, tomando os cinco pães e os dois peixes, erguendo os olhos para o céu, os abençoou, partiu e deu aos discípulos para que os distribuíssem entre o povo.</p> <p>Lucas 9:17</p> <p>Todos comeram e se fartaram; e dos pedaços que ainda sobejaram foram recolhidos doze cestos.</p>
--	---	---	--

V.13: Assim, pois, o fizeram e encheram 12 cestos de pedaços dos cinco pães de cevada, que sobraram aos que haviam comido.

Ordenou que as sobras fossem recolhidas. O pão era considerado uma dádiva pelo povo judeu, de modo que ele sempre recolhiam as sobras das refeições. Com esse ato, foi possível se ter uma idéia do alcance do milagre operado por Jesus. O versículo bíblico aborda o aspecto do cuidado com aquilo que alimenta e sacia a fome, observando que não se deve desprezar as sobras do alimento, pois é um princípio da economia ensinado por Jesus aos seus discípulos. O alimento vem da natureza, do meio-ambiente e, portanto, mesmo que exista sobra, esta deve ser reaproveitada, pois sempre haverá alguém com quem compartilhar o alimento. Cuidar daquilo que alimenta e do que se produz para a alimentação é responsabilidade do homem e da mulher.

E o que resulta da falta de cuidado do homem e da mulher com a natureza, é a negligência consigo mesmo, ou seja, a não valorização da natureza é a não

preservação da vida humana. “A terra é a casa de todos os seres vivos e do próprio Deus e cada qual tem responsabilidade de cuidado”.¹¹¹ Deve-se ter consciência de que a terra é a casa do homem, da mulher, da criança, dos animais, dos vegetais... Enfim, de todos os seres vivos, pois não entendendo esta relação se está impotente não apenas para contribuir para a preservação do meio-ambiente saudável à vida no planeta, mas também para proteger o patrimônio ecológico da devastação, o que significa afirmar que o ser humano não estará em condições de guardar, em última análise, a casa, a morada. E numa visão holística em relação ao meio-ambiente como um todo, vê-se a importância de o ser humano fazer parte do meio-ambiente de forma harmoniosa.

V.14: Vendo, pois, os homens o sinal que Jesus fizera, disseram: Este é verdadeiramente o Profeta que devia vir ao mundo.

V.15: Sabendo, pois, Jesus que estavam para vir com o intuito de arrebatá-lo para o proclamarem rei, retirou-se novamente, sozinho”

[...] agora mostrara poder também para expulsar a fome. Se agora ele mostrasse seu poder de libertar seu povo, nada o poderia conter. Este certamente era o líder que eles estavam esperando; com ele como general e rei, vitória e paz estavam garantidas! Se ele não tomava a iniciativa de apresentar-se como líder, eles o levariam a fazê-lo. Porém, Jesus viu na atitude deles uma reincidência das suas tentações no deserto. Ele sabia que não seria desta maneira que deveria cumprir a vontade de Seu Pai e conquistar a libertação do Seu povo. Por isso, evitou a multidão retirando-se para as colinas de Golã — desta vez sem os discípulos.¹¹²

Jesus sabia quem Ele era e o seu objetivo na terra, não veio para ser rei humano, o reino dele seria nos corações da cada um e cada uma. Quando Ele percebeu que o intuito da multidão era aclamá-lo Rei, sai sozinho. Jesus demonstrou que aprendeu a ser.

3.3 Implementação do Projeto “Ecologia e solidariedade: valor indispensável”

Esta é uma proposta de trabalho que se pretende aplicar com a disciplina de Ensino Religioso com alunos das últimas séries do Ensino Fundamental. Os objetivos desse trabalho são: destacar valores embasados também nos quatro

¹¹¹ REIMER, Haroldo. *Toda a criação: Bíblia e ecologia*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

¹¹² BRUCE, 1997, p. 133.

pilares da educação; fazer uso do texto literário da Bíblia citado por Jo 6.1.15 e comparação com os demais evangelistas; e destacar no texto valores essenciais para a convivência.

3.3.1 Justificativa

O ser humano vive em sociedade na condição de promover o bem-estar de todos. Nessa perspectiva, faz-se necessária a relação cordial de respeito mútuo e preocupação com o outro para trilhar o caminho da solidariedade. Assim, os valores se apresentam como aspectos importantes para a relação de responsabilidade social. A solidariedade humana constitui-se em fator de extrema importância para as relações sociais, bem como para a preservação do meio ambiente. Ambas exercem grande influência na manutenção do equilíbrio social e espiritual da sociedade.

No contexto bíblico estudado, está presente a idéia de economia ensinada por Jesus através do milagre da partilha dos pães. A idéia de repartir o pão entre a multidão nos remete aos princípios de igualdade e solidariedade humanas. E, com base nesses princípios, a proposta que ora se apresenta, visa a consolidação de uma nova concepção de solidariedade, ecologia e cidadania no âmbito educacional e na comunidade escolar. Constitui-se, portanto, na possibilidade de ampliação da atuação do aluno e da aluna nos espaços da escola, da família e da comunidade escolar, através do enfrentamento de questões sociais presentes no seu meio sócio-econômico e cultural.

Identificamos no contexto do texto bíblico estudado a lição ensinada por Jesus do princípio da economia onde o desperdício deve ser evitado. O ensino de Jesus era pautado pelas experiências da vida, no cotidiano dos homens e das mulheres e variava de acordo com a situação. Jesus ensinava a seus seguidores por meio de suas vivências no grupo de discípulos e com as pessoas que encontrava nas suas andanças. O professor, assim como Jesus, deve abordar em suas aulas assuntos da vida, estabelecendo uma relação entre os temas abordados em sala de aula e a vida dos alunos, levando-os à ação e à reflexão sobre os valores e sobre tudo aquilo que possa desafiá-los durante sua existência.

A partir dessas premissas, foi construído o projeto “Ecologia e Solidariedade”, voltado para alunos e alunas das últimas séries do Ensino Fundamental. A proposta do projeto é estimular no aluno e na aluna a ampliação da consciência do seu papel social e da necessidade de ter consigo incorporados o cuidado com o Meio-ambiente. Visa oportunizar situações de expressão de atitudes e reflexões que fortaleçam atitudes pró-ativas de solidariedade humana, reforçando uma existência mais cidadã.

3.3.2 Objetivo geral

Desenvolver no aluno e na aluna o sentido dos valores apresentados nos Quatro Pilares da Educação e da responsabilidade com o meio-ambiente, os princípios de igualdade e solidariedade humana para uma atuação mais cidadã, observando os valores que devem orientar suas vidas.

3.3.3 Objetivos específicos

- Promover campanhas que estimulem a solidariedade humana através de doações de agasalhos, cestas básicas e produtos de higiene pessoal; levando à reflexão sobre valores.
- Programar campanhas de coleta seletiva de lixo, visando o desenvolvimento da consciência ambiental;
- Promover palestras informativas sobre solidariedade, cidadania e valores.

3.3.4 Metodologia

O projeto será operacionalizado através de uma prática pedagógica dinâmica denominada *GINCANA ECOLÓGICA*. A estrutura operacional de uma gincana requer a organização dos alunos em seis grupos de alunos. A gincana terá tarefas que deverão ser executadas pelos grupos, aqui denominados de Equipes. Cada Equipe terá como tarefas:

1. Arrecadar a maior quantidade de alimentos não perecíveis;
2. Arrecadar o maior número de cobertores, agasalhos e lençóis;
3. Arrecadar a maior quantidade de produtos de higiene íntima e pessoal;
4. Apresentar uma proposta de implantação de programa de Coleta Seletiva para a escola. A proposta deverá conter estratégias de implantação do programa na comunidade escolar;

5. Apresentar um Profissional especializado para proferir palestra sobre: Valores, Ecologia, Cidadania e Solidariedade;
6. Apresentar um Bibliodrama¹¹³ baseado no Evangelho de João 6.1-15.

Destacando do texto bíblico valores ensinados na passagem, *aprender a conhecer*, levando os alunos e alunas a se despertarem para a realidade e necessidade de onde estão inseridos; *aprender a fazer*, levando-os a através da Gincana a fazerem algo em prol dos necessitados; *aprender a viver juntos*, na convivência das realizações das tarefas, nos relacionamentos interpessoais, nos conflitos e resoluções dos mesmos; e *aprender a ser*, levando-os a perceber o potencial de cada um e o desejo de deixar que o ser perpassse cada pilar.

3.3.5 Recursos utilizados

Para a operacionalização da Gincana, serão disponibilizados aos alunos:

- As instalações da instituição de ensino (salas de aula, laboratórios, biblioteca e outros);
- Os docentes de Ensino Religioso e das disciplinas que tenham relação direta com os conteúdos abordados no trabalho;
- Material para divulgação como: faixas, cartazes papel metro, outros;
- Panos para a apresentação do Bibliodrama;
- Outros materiais como: caneta piloto, lápis colorido papel ofício, papel lustro, tinta colorida, cola, tesoura, etc.

3.3.6 Avaliação

A avaliação se dará através de:

- Apresentação do programa de Coleta Seletiva para a escola;
- Palestra sobre Valores, Ecologia, Cidadania e Solidariedade;
- Apresentação do Bibliodrama;

¹¹³ O Bibliodrama surgiu na Alemanha com o objetivo de animar grupos, especialmente de jovens, para uma aproximação ao texto bíblico e sua relação com o cotidiano, através de *acessos lúdicos* – sejam corporais ou plásticos. O bibliodrama considera a pessoa inteira e sua perspectiva é holística, processual e interdisciplinar. A origem do Bibliodrama tem sua base teórica no Psicodrama, criado por Jacob Moreno, médico romeno (1892-1974). O Psicodrama consiste numa nova e dinâmica linha de investigação para o conhecimento e a terapia dos conflitos psicológicos. O exercício da espontaneidade e a teoria dos papéis constituem o método psicodramático de abordagem dos conflitos interpessoais, cujo âmbito natural é o grupo. STRÖHER, Marga Janete. *Hermenêutica bíblica na perspectiva da infância e juventude*. Aula de Hermenêutica Bíblica.

- Relatório apresentado pelo grupo, identificando as dificuldades e facilidades durante a realização do trabalho.

3.3.7 Culminância

Fazendo menção do texto bíblico, lembrar que com apenas cinco pães e dois peixinhos uma multidão foi alimentada, e com a participação ativa de cada aluno e cada aluna envolvendo-se com a gincana uma grande quantidade de alimentos pode ser levantada e alcançando assim inúmeras famílias. O conhecer a necessidade de algumas pessoas não é o fundamental. O que se pode destacar aqui é que o conhecimento levou a uma ação e esta ação mudou vidas. Ocorrerá a entrega dos alimentos arrecadados durante a campanha. Esta deverá ser feita pelos representantes estudantis escolhidos nos grupos de alunos a uma instituição ou comunidade escolhida previamente.

O programa de Coleta Seletiva de Lixo deverá ser implementado na Escola com a participação dos alunos, pais e toda a comunidade acadêmica num evento em que os alunos possam reproduzir o Bibliodrama apresentado durante a Gincana novamente.

3.3.8 Bibliodrama

- Colar etiquetas nos ombros dos alunos com palavras do texto de João 6.1-15; destacando valores que eles perceberam no texto que podem ser trazidos à realidade atual;
- Retratar, através de mímicas, o significado das palavras (duplas de alunos);
- Estabelecer um diálogo no grupo sobre os sentimentos despertados pelo texto bíblico;
- Construir um texto coletivo utilizando as palavras retiradas do texto bíblico;
- Cantar uma música sugerida pelos alunos que reflita a realidade do tema;
- Fazer a leitura de João 6.1-15;
- Fazer a relação entre o texto bíblico, a música e o texto coletivo.

3.3.9 Cronograma de atividades

ATIVIDADE	PERÍODO	RESPONSÁVEIS	OBSERVAÇÃO
Bibliodrama	16/03	Professor	Elemento detonador do Projeto
Implantação do Projeto	16/04	Professor / Alunos	Fazer a divulgação da gincana

Gincana	15 e 16/05	Professor / alunos	Cumprimento das tarefas
Dramatização	16/06	Alunos	Culminância do Projeto
Entrega dos alimentos arrecadados às instituições	18/08	Alunos/as e professores Ensino Religioso e os demais interessados	
Relatórios de auto-avaliação	22/09	Professor / Aluno	Avaliação do Projeto

CONCLUSÃO

A pesquisa aponta para a necessidade de maior compreensão do Ensino Religioso de acordo com seu desenvolvimento histórico e com sua relação com a construção de valores indispensáveis à formação e ao desenvolvimento moral do adolescente.

Ensino Religioso no contexto escolar: educar em valores é uma proposta que leva em consideração o desenvolvimento histórico da disciplina Ensino Religioso, com seus recuos e seus avanços, pois ainda existem descasos e preconceitos que devem ser enfrentados.

A temática não se esgota com o presente trabalho, que reflete e busca contribuir à luz de novos estudos, para a ampliação de novas descobertas de como se trabalhar como o Ensino Religioso no contexto escolar: Educar em valores.

No enfoque com o desenvolvimento moral, concluí que os alunos e alunas que pretendo alcançar com o Ensino Religioso estarão vivenciando o Nível Convencional, como indicado na teoria de Lawrence Kohlberg, ou seja, o estágio moral dos interesses grupais. A motivação depende das expectativas mútuas dos relacionamentos de interdependência. Partindo desse pressuposto, o contexto escolar é um espaço favorável e relevante para se trabalhar valores com os adolescentes, momento fundamental para orientá-los com a moralidade normativa e interpessoal, a convivência com os colegas, despertando a preocupação com os sentimentos e preocupação com o outro. O saber interagir com o diferente. Valores que precisam ser fundamentados.

Ensino Religioso, no ambiente escolar, significa introduzir os educandos no contexto do debate ético com o objetivo de fomentar, por meio de um procedimento aberto ao diálogo, a sensibilidade para as questões de valores e a formação de uma subjetividade como o fórum de decisões práticas. A fim de dar conta dessa realidade, foram utilizados os Quatro Pilares da Educação, pois educar valores pode estar embasado nessa proposta, nos quatro pilares: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; aprender a ser.

O Ensino Religioso e o educar valores não devem ser trabalhados apenas no contexto escolar. É preciso considerar a relação entre família, sociedade e escola

como uma função social de construção de uma nova sociedade pela emancipação baseado nos princípios de igualdade, liberdade e justiça.

Visando a praticidade do projeto, é trazida ainda uma proposta de trabalho que possa servir de modelo para educar valores na escola. Uma gincana: “**Ecologia e solidariedade: valor indispensável**”, tornando assim o presente trabalho relevante para a ação pedagógica em sala de aula.

A presente proposta destaca a importância da criatividade a ser desenvolvida na vida dos alunos e alunas, não trazendo algo pronto, mas dando a eles a oportunidade de descobrir em cada contexto que os envolvem, as necessidades e as possibilidades de soluções.

Com a Gincana solidária e com os valores destacados no texto proposto, procura-se despertar neles a disposição de viver uma vida movida pela solidariedade e amor ao próximo, valores indispensáveis a todo ser humano.

“Ensino Religioso no Contexto escolar: Educar em valores” é possível e necessário, pois orientará os adolescentes a não somente abrir os olhos à necessidade do próximo, mas ensinará a ajudá-los a olhar com um novo olhar.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. *A alfabetização moral em sala de aula e em casa: do nascimento aos doze anos*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRANDENBURG, Laude Erandi. *A interação pedagogia no Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.
- BRUCE, F. F. *João: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova, 1997.
- CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CASIMIRO, Ana P. B. S. *Pensamentos fundadores na educação religiosa do Brasil Colônia*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_006.html>. Acesso em: 30 nov. 2008.
- CHAMPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento interpretado: versículo por versículo*. v. 6. São Paulo: Hagnos, 2002.
- COSTA, Célio Juvenal. *A educação no Brasil Colônia: pelo fim da visão iluminista da história*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_030.html>. Acesso em: 30 nov. 2008.
- DAUNIS, Roberto. *Jovens, desenvolvimento e identidade: troca de perspectiva na psicologia da educação*. São Leopoldo: Sinodal, 2000.
- DELORS, Jacques (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1999.
- ERIKSON, Erik. *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- FIGUEIREDO, Anísia de Paula. *Ensino Religioso: perspectivas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FONAPER. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso *Referencial curricular para a proposta pedagógica da escola*. Caderno Temático n. 1. [s.l.: s.n.]: 2000.

_____. Disponível em: <<http://www.fonaper.com.br>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

_____. *Parâmetros curriculares Nacionais Ensino Religioso* (PCNER). São Paulo: Ave Maria, 1998.

FOWLER, James W. *Estágio da fé*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

GALLOWAY, Charles. *Psicologia da aprendizagem e do ensino*. São Paulo: Cultrix, 1976.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; WAGNER, Raul (Orgs.). *O Ensino Religioso no Brasil*. Curitiba: Champagnat, 2004.

KANITZ, Ildemar. *Ensino Religioso: de fundamentos a desafios*. São Leopoldo: IEPG, 2001.

LAUDSHEERE, G. *La formation des enseignants demain*. Paris: Casterman, 1976.

LAWRENCE KOHLBERG. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lawrence_Kohlberg>. Acesso em: 12 abr. 2009.

MAKYIAMA, Matilde T. *O Ensino Religioso*. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur4/o_ensino_religioso.htm>. Acesso em: 27 fev. 2009.

MAY, Roi H. *Discernimento moral: uma introdução à ética cristã*. São Leopoldo. Sinodal, 2008.

MORENO, Ciriaco Izquierdo. *Educar em valores*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

MUSEN, Paul H. *O desenvolvimento psicológico da criança*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MUSSEN, P. H.; CONGER, J. J.; KANGAN, J. *Desenvolvimento e personalidade da criança*. São Paulo: Harbra, 1977.

OSTRONOFF, Henrique. Escola é lugar de fé? *Revista Educação*, São Paulo, ano 11, v. 127, 2007.

PACK, Frank. *O Evangelho segundo João*. São Paulo: Vida Cristã, 1977.

PIAGET, J. *Le Jugement Moral chez l'Enfant*. Paris: PUF, 1992.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

_____. *Lei n. 9.475*. Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9475.htm>. Acesso em: 12 mai. 2009.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

REGIMENTO Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. 4. ed. Distrito Federal, 23 jun. 2006.

REIMER, Haroldo. *Toda a criação: Bíblia e ecologia*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. Comissão de Sistematização. *Emendas Populares*. v. 1. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, ago. 1987.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. *Educar para ser*. Petrópolis: Vozes, 2007.

STRÖHER, Marga Janete. *Hermenêutica bíblica na perspectiva da infância e juventude*. Aula de Hermenêutica Bíblica.

TAILLE, Ives de La; HOFFMANN, Jussara; DEMO, Pedro. *Grandes Pensadores em educação: um desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 2008.

TENNEY, Merrill C. *O Novo Testamento: sua origem e análise*. Vida São Paulo: Nova, 1989.

VELOSO, Dom Eurico dos Santos. *Fundamentos filosóficos dos valores no ensino Religioso*. Vozes: Petrópolis, 2001.